



**MERCADOS**

## Bovespa estende série negativa pela 5ª sessão, em baixa de 0,51%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de leitura desfavorável na abertura dos dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), prévia da inflação oficial de abril, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou a quinta perda, retrocedendo ontem para a linha dos 188 mil pontos, ainda no menor nível de fechamento desde 7 de abril, então aos 188.258,91 pontos. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou entre mínima de 187.236,79 e máxima de 189.578,50 pontos, correspondente à abertura da sessão. Ao fim, marcou 188.618,69 pontos, em baixa de 0,51%, com giro financeiro a R\$ 23,9 bilhões.

Na semana, o Ibovespa recua 1,11%, limitando o avanço do mês a 0,62%. No ano, sobe 17,06%.

Algumas ações de primeira linha, como Petrobras (ON +0,72%, PN +0,32%) e Itaú (PN +0,25%), conseguiram escapar da correção. Destaque também para Gerdau (PN +4,16%) e Metalúrgica Gerdau (+4,55%), após resultados trimestrais bem recebidos pelos investidores, assim como para Cosan (+3,6%), impulsionada pela notícia sobre oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) de ações da subsidiária Compass, interpretada como uma oportuni-

dade de entrada de recursos para a controladora, cujas ações foram muito descontadas pelo nível de endividamento da companhia.

Dessa forma, Cosan e as duas Gerdau ocuparam a ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, enquanto o lado oposto foi liderado por Hapvida (-8,44%), Assaí (-5,74%) e Cyrela (PN -3,57%, ON -3,43%). Entre os maiores bancos, destaque para Santander, em baixa de 0,84% no fechamento, enquanto Banco do Brasil ON, ao fim, subiu 0,13%. Principal ação do Ibovespa, Vale ON caiu 1,30%, antes da divulgação do balanço do primeiro trimestre de 2026, no período da noite. Em Nova York, os principais índices mostraram quedas de 0,05% (Dow Jones), 0,49% (S&P 500) e 0,9% (Nasdaq).

**DÓLAR**

Após ter superado R\$ 5,00 pela manhã, o dólar perdeu força ao longo da tarde e encerrou ontem, cotado a R\$ 4,9824 (+0,01%). Na mínima, caiu a R\$ 4,9725.

Praticamente estável no fechamento desta terça-feira, o dólar já acumula queda de 3,79% em abril, o que leva as perdas no ano a 9,32%. O real apresenta em 2026 o melhor desempenho entre as divisas mais líquidas, incluindo fortes e emergentes.

**SOLUÇÃO INÉDITA**

## BB lança boleto com Pix automático para pagamentos recorrentes

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Banco do Brasil (BB) anunciou ontem uma nova ferramenta para facilitar o pagamento de contas recorrentes: o boleto com Pix automático. A solução, inédita no país, permite que boletos mensais, como contas de luz ou mensalidades, sejam pagos automaticamente após uma única autorização do cliente.

A ferramenta pretende simplificar o processo tanto para quem paga quanto para empresas que recebem, reduzindo etapas e evitando atrasos.

**COMO FUNCIONA**

O funcionamento é simples: ao pagar um boleto com Código QR via Pix, o cliente pode autorizar, naquele momento, que os próximos pagamentos sejam feitos automaticamente.

- Depois disso:
- Os boletos futuros são agendados automaticamente
- O valor é debitado na data de vencimento
- Não é necessário repetir o pagamento todo mês

O cliente não precisa ter conta no Banco do Brasil para usar a funcionalidade. A autorização pode ser feita por usuários de qualquer instituição financeira.

**CONSUMIDOR**

Para quem paga contas recorrentes, a principal vanta-

gem é a praticidade. Hoje, o cliente precisa lembrar de pagar cada boleto manualmente ou cadastrar débito automático, nem sempre disponível para todos os serviços.

Além disso, o pagamento automático tende a aumentar a previsibilidade de caixa, já que reduz atrasos e esquecimentos por parte dos clientes.

**ONDE ESTÁ DISPONÍVEL**

A primeira empresa a adotar o novo modelo é a Equatorial Energia, que começou a oferecer a opção para clientes em estados como Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Amapá.

A expectativa é que a solução seja expandida gradualmente para outras regiões e empresas nos próximos meses.

**PRÓXIMAS ETAPAS**

Inicialmente, o recurso está disponível para empresas que utilizam a API de cobrança do Banco do Brasil, uma ferramenta que integra sistemas de pagamento.

A tendência, segundo o banco, é ampliar o acesso à medida que a tecnologia evoluir e ganhar adesão no mercado.

Na prática, o boleto com Pix automático representa uma tentativa de unir dois formatos já populares no Brasil, o boleto bancário e o Pix, criando uma alternativa mais simples e eficiente para pagamentos recorrentes.

**RECEITA**

# Arrecadação bate recorde com R\$ 229,2 bi em março

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A arrecadação de impostos e contribuições do governo federal atingiu R\$ 229,2 bilhões em março de 2026, divulgou ontem a Receita Federal.

Maior valor registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995, o resultado representa crescimento real de 4,99% em relação a março do ano passado, já descontada a inflação.

No acumulado do primeiro trimestre, também houve recorde: o governo arrecadou R\$ 777,12 bilhões, com alta real de 4,6% na comparação com o mesmo período de 2025.

**PRINCIPAIS NÚMEROS**

- R\$ 229,2 bilhões: arrecadação em março (recorde para o mês);
- +4,99%: crescimento real frente a março de 2025;
- R\$ 777,12 bilhões: arrecadação no 1º trimestre (recorde);
- +4,6%: alta real no trimestre;
- R\$ 8,3 bilhões: arrecadação com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em

março;

- +50,06%: crescimento real do IOF no mês;
- +44,45%: alta do IOF no acumulado do ano.

**O QUE EXPLICA O AUMENTO**

Segundo o Fisco, o crescimento da arrecadação foi impulsionado principalmente por:

- Aumento da contribuição para a Previdência Social (ligada aos salários);
  - Desempenho do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição sobre Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incidem sobre consumo e serviços;
  - Alta na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital;
  - Forte crescimento do IOF.
- O avanço do IOF, em especial, está ligado a mudanças nas regras do imposto adotadas em 2025, que elevaram a tributação sobre operações de crédito e câmbio.

Além disso, o aumento do emprego formal e da massa salarial ajudou a elevar a base de

arrecadação, já que mais trabalhadores passaram a contribuir.

**O RESULTADO TAMBÉM REFLETE DOIS FATORES PRINCIPAIS:**

- Crescimento da atividade econômica, que aumenta consumo e renda;
  - Mudanças tributárias adotadas nos últimos anos.
- Entre essas medidas, estão ajustes na tributação de investimentos, reoneração de setores e aumento de impostos sobre operações financeiras e importações.

**CONTAS PÚBLICAS**

A arrecadação é uma das principais fontes de receita do governo e tem papel central no cumprimento da meta fiscal. Para 2026, a meta oficial é gerar um superávit equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na prática, o aumento da arrecadação ajuda o governo a reduzir o déficit das contas públicas, embora projeções ainda indiquem possibilidade de resultado negativo ao final do ano.

**TRIBUTAÇÃO DE DIVIDENDOS**

Um dos fatores recentes que também começam a contribuir para a arrecadação é a taxação de dividendos. Em março, o governo arrecadou cerca de R\$ 308 milhões com esse tipo de tributação.

A medida passou a valer em 2026 e prevê a cobrança de 10% de imposto sobre dividendos acima de R\$ 50 mil recebidos por pessoas físicas.

A mudança foi adotada como forma de compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

Embora ainda represente uma parcela pequena do total arrecadado, a expectativa é que essa fonte de receita ganhe relevância ao longo do tempo.

**TENDÊNCIA**

Os dados mostram que 2026 começou com arrecadação em níveis historicamente elevados, repetindo o padrão observado em 2025. O desempenho ao longo do ano dependerá da evolução da economia, do mercado de trabalho e de novas medidas fiscais.

**COMÉRCIO EXTERNO**

## Lula assina decreto que promulga acordo UE-Mercosul

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) assinou ontem em cerimônia no Palácio do Planalto, o decreto que oficializa a validade do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia (UE), que entra em vigor a partir do dia 1º de maio.

Com o tratado, o bloco sul-americano, composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, vai zerar tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos. Já a UE eliminará tarifas sobre 95% dos bens vendidos pelo Mercosul em até 12 anos.

Os termos do acordo foram assinados no fim de janeiro, em Assunção, no Paraguai, entre representantes dos dois blocos, após 26 anos de negociações.

O pacto cria uma zona de livre comércio envolvendo 31 países, sendo 27 da UE e quatro do Mercosul, com uma população conjunta de 720 milhões de habitantes e cerca de US\$ 22 trilhões em Produto Interno Bruto (PIB), soma de bens e serviços produzidos).

"A resposta que a União Europeia e o Brasil deram ao mun-

do é que não existe nada melhor do que a gente acreditar no exercício da democracia, no multilateralismo e na relação cordial entre as nações. É este exemplo que nós damos com esse acordo aqui", afirmou Lula ao assinar o decreto.

Na mesma linha, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, destacou o significado político do acordo.

"Em um mundo conturbado, com forte instabilidade geopolítica e proliferação de medidas unilaterais, inclusive na área comercial, o acordo emite claro sinal de que os dois blocos acreditam na integração econômica, no comércio como promotor do desenvolvimento e na plena compatibilidade da integração comercial com regimes multilaterais nas áreas ambiental, trabalhista e social", afirmou.

Após as longas negociações entre representantes diplomáticos, a ratificação do acordo foi concluída pelo Congresso Nacional no início de março, sendo promulgada dias depois.

Foi a última etapa para que o

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



cia de análise judicial.

**OUTROS ACORDOS**

Na mesma cerimônia em que validou o acordo Mercosul-UE, o presidente Lula também enviou outros dois acordos comerciais para serem analisados pelo Congresso Nacional. Um deles é o acordo Mercosul-Singapura, anunciado em 2023. O país asiático é um dos principais destinos das exportações sul-americanas.

O outro acordo envolve o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), integrada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

A parceria multilateral vai criar um mercado de 290 milhões de consumidores em economias que somam PIB de US\$ 4,39 trilhões, o equivalente a mais de R\$ 23 trilhões em 2024.

A negociação teve início em 2017 e, depois de 14 rodadas, os termos finais foram acertados em junho de 2025.

Nos dois casos, os legislativos dos países do Mercosul precisam aprovar os tratados, para que entrem formalmente em vigor.

acordo, pelo lado brasileiro, entrou em vigor por meio do decreto presidencial agora assinado por Lula.

Os parlamentos de Argentina, Uruguai e Paraguai, demais sócios do Mercosul, também já ratificaram o acordo.

Do lado da União Europeia, o Parlamento Europeu pediu, em janeiro, que o Tribunal de Justiça do bloco faça uma avaliação jurídica sobre o acordo, mas a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, garantiu que o bloco aplicará o tratado de forma provisória a partir de maio, mesmo com a pendên-

**FRAUDE NO INSS**

## Ministro diz que 4,5 milhões de aposentados já foram ressarcidos

MATEUS MAIA/AE

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, disse, ontem, que 4,5 milhões de aposentados já foram ressarcidos

de desvios irregulares, somando cerca de R\$ 3 bilhões em pagamentos nessa modalidade.

"Nós temos aqui números significativos do ressarcimento.

São 4,5 milhões de benefícios efetuados dentro do sistema de devolução dos recursos e batemos, finalmente batemos, aquela meta dos R\$ 3 bilhões de reais, R\$ 3,06 bilhões pagos em

ressarcimento desde o dia em que foi lançado, a partir daquele grande acordo que nós fizemos com a mediação do Supremo Tribunal Federal", declarou o ministro.

**Diário do Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

**COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR**

CNPJ 11.628.243/0001-95

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, cumprindo disposições legais e sociais, submetemos à apreciação da V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. A Diretoria.

Balanco Patrimonial em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em mil Reais - R\$)		
	2025	2024
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>58.654</b>	<b>9.627</b>
Disponibilidades (Nota 4)	54.594	202
Realizável a curto prazo (Nota 5)	4.060	9.425
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>1.192.458</b>	<b>1.204.263</b>
Realizável a longo prazo (Nota 6)	107.395	107.484
Investimentos (Nota 7)	1.084.286	1.054.202
Imobilizado (Nota 8)	700	42.463
Intangível (Nota 10)	77	114
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.251.112</b>	<b>1.213.890</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Circulante</b>	<b>102.921</b>	<b>93.136</b>
Fornecedores e Obrigações c/ terceiros (Nota 10)	1.614	2.227
Salários e encargos sociais	1.372	1.167
Provisões e encargos	1.274	1.256
Tributos a recolher (Nota 11)	1.663	1.346
Empréstimos (Nota 12)	60.003	60.003
Outras obrigações (Nota 13)	14.194	14.194
Convênios (Nota 14)	22.719	12.943
Adiantamentos	82	-
<b>Não Circulante</b>	<b>1.349.186</b>	<b>1.316.698</b>
Depósitos e garantias	975	914
Fornecedores LP (Nota 10)	1.344.760	1.294.366
Contingências (Nota 15)	3.133	21.243
Obrigações fiscais	318	175
<b>Patrimônio Líquido (Nota 16)</b>	<b>(200.995)</b>	<b>(195.944)</b>
Capital Social	5.203.890	5.203.890
Capital a integralizar	(170.812)	(206.017)
Prejuízos Acumulados	(5.193.817)	(5.113.393)
Resultado do Período	(40.256)	(80.424)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.251.112</b>	<b>1.213.890</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios 2025 e 2024**

**1. Contexto Operacional.** Em 24/06/2022 foi sancionada a lei complementar nº 251 que criou a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR).

A nova lei ampliou a atribuições da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) que, para além da gestora do Porto Maravilha, passa a ter a prerrogativa de atuar em outras áreas da cidade, inclusive de ser a estruturadora e fiscalizadora de outros contratos de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Com a alteração legal, a Prefeitura visou uma centralidade da gestão e estruturação no âmbito das concessões e PPPs na cidade do Rio. O Município agora passa a contar com uma equipe concentrada e com a experiência da Companhia, gestora da maior Operação Urbana do Brasil, no desenvolvimento dessas parcerias. Além da ampliação de escopo, a Lei 251/22 autorizou ainda, a incorporação da Companhia Carioca de Securitização - "RioSec", criada pela Lei Municipal nº 5.546 de 27 de dezembro de 2012, que tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, listadas nos referidos direitos creditórios. O novo escopo da Companhia cria também a possibilidade de a empresa prestar serviços de consultoria para terceiros, como outros municípios. Além disso, permanece a atuação da empresa na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) do Porto referente às ações previstas na Lei Complementar 101/2009 e novas atribuições foram incorporadas à Companhia conforme apresentado abaixo: I - Promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro; II - Coordenar, colaborar, viabilizar ou executar a implementação de concessões, em quaisquer das modalidades previstas na legislação nacional, ou outras formas de associação, parcerias, desinvestimentos, ações e regimes legais, zelando pelo interesse público e em conformidade com os estudos de viabilidade técnica, legal, ambiental e urbanística aprovados pela CCPAR, pelos órgãos e autoridades públicas competentes; III - disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Pública, direta ou indireta, para concessionários e permissionários de serviço público, ou para outros entes privados, mediante cobrança de adequada contrapartida financeira; IV - Desenvolver estratégias para atração e negociação de investimentos privados, geração de empregos, melhoria do ambiente de negócios; V - Identificar projetos, investimentos e atividades desenvolvidas ou programadas pela iniciativa privada ou pelo Poder Público; VI - Apresentar propostas de utilização e aplicação racional e eficiente de recursos públicos e privados para o desenvolvimento das zonas de interesses voltadas ao fomento socioeconômico; VII - Potencializar a articulação entre os setores público e privado, na realização do desenvolvimento socioeconômico; VIII - Promover o intercâmbio de informações sobre projetos, investimentos, ações e atividades da iniciativa privada; IX - Viabilizar outras atividades relacionadas a concessões e a parcerias público-privadas; X - Atrair e negociar investimentos privados com foco na melhoria do ambiente de negócios no território municipal; XI - Assistir e assessorar potenciais investidores quanto à divulgação de informações e dados sobre concessões, em quaisquer das modalidades previstas na legislação federal, ou outras formas de associação, parcerias, desestatizações, ações e regimes legais; XII - Atuar em outras atividades relacionadas com as finalidades previstas neste artigo. Por fim, a gestão de serviços de interesse local e serviços públicos de competência municipal, como paisagismo, limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, restauração e reconversão de imóveis, conservação de logradouros e de equipamentos urbanos e comunitários, dentre outros, na Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, respeitadas as competências legalmente estabelecidas e os contratos administrativos em vigor.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições legais complementares vigentes. **2.1. Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 2024.** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2024, apresentadas para fins comparativos, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2025. A reapresentação decorre de correções de erros identificados pela Administração no exercício corrente, relacionados a eventos ocorridos em 2024, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os principais ajustes realizados foram: **Integração de Cotas em Fundo de Investimento (FII):** Em maio e dezembro de 2024, a Companhia integrou cotas de um FII com a entrega de terrenos. A contabilização original não registrou a baixa dos terrenos e reconheceu indevidamente um ajuste a valor justo (AVJ) no resultado. A correção envolveu a baixa dos terrenos, o reconhecimento do ganho de capital na transação e a reversão do AVJ anteriormente registrado. **Acordo Judicial:** Foi realizado um acordo judicial cujo pagamento foi originalmente classificado como despesa. O valor foi reclassificado para o ativo (Terrenos), pois se refere a um direito associado ao imóvel. **Ajustes em Fornecedores e Contingências:** Foram realizados ajustes para refletir com maior precisão o saldo de variações passivas com fornecedores da Operação Urbana Consorciada (OUC) e para registrar um depósito judicial como ativo de contingência. Os efeitos dessas correções nas demonstrações financeiras de 31/12/2024 são demonstrados a seguir:

Demonstração de Resultados Publicada	2024	Ajuste	Saldo Ajustado
Outorga Onerosa	(1.630)	1.630	-
Ganho e perda (Ativos)	14	18.841	18.855
Despesas financeiras	(53.480)	(1.621)	(55.101)
Receita de ajuste a valor justo - Fundo de Investimento Imobiliário	106.157	(84.485)	21.672
<b>Efeitos no Resultado</b>	<b>-</b>	<b>(65.635)</b>	<b>-</b>

Balanco Patrimonial	2024	Ajuste	Saldo Ajustado
Ações judiciais	824	(824)	-
Valores a receber - Obras	63.139	205	63.344
Ações/Bloqueios Judiciais	-	1.079	1.079
Terrenos	90.783	(64.014)	26.769
<b>Total Ativo</b>	<b>-</b>	<b>63.554</b>	<b>-</b>
Fornecedores OUC	51.701	(50.628)	1.073
Empréstimos	2.673	57.330	60.003
Fornecedores LP	244.083	(17.783)	226.300
Fornecedores Ouc - Conc. Porto Novo (Valores em Garantia)	1.031.514	30.924	1.062.438
Fornecedores Ouc - Conc. Porto Novo	18.222	(18.222)	-
Fornecedores LP - Contratos	-	205	205
Capital Social	5.262.490	(58.600)	5.203.890
Capital a integralizar	(264.617)	58.600	(206.017)
Prejuízos Acumulados	(5.113.648)	255	(5.113.393)
<b>Total do Passivo</b>	<b>-</b>	<b>2.081</b>	<b>-</b>
<b>Ajuste Líquido</b>	<b>-</b>	<b>65.635</b>	<b>-</b>
Resultado antes do ajuste	-	(14.789)	-
<b>Resultado ajustado</b>	<b>-</b>	<b>(80.424)</b>	<b>-</b>

**3. Principais práticas contábeis adotadas. a) Exercício social:** O exercício social abrange os dados e documentos fornecidos no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2024. **b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda utilizada para contabilização das operações é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Real Mil e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma - NBC TG 26 (R\$) - Apresentação das demonstrações contábeis. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras existentes estão demonstradas pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. **d) Imobilizado:** O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. **e) Intangível:** Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil-econômica estimada dos bens. **f) Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição. **g) Regime tributário:** A empresa está enquadrada no regime tributário lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência. **h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo

Demonstrado de Resultados em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em mil Reais - R\$)		
	2025	2024
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>10.785</b>	<b>10.932</b>
Receitas Acessórias	8.173	9.523
Receita de Serviços	2.612	1.409
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(1.090)</b>	<b>(1.058)</b>
Impostos e Contribuições	(1.090)	(1.058)
<b>Receita Operacional Líquida (Nota 17)</b>	<b>9.695</b>	<b>9.874</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(13.916)</b>	<b>(65.207)</b>
Salários e encargos	(14.078)	(11.928)
Honorários e Pró-Labore	(3.374)	(3.671)
Benefícios	(1.721)	(1.525)
Transportes, diária e passagens	(626)	(457)
Comunicação/marketing e publicações	(182)	(268)
Serviços	(3.906)	(1.689)
Telecomunicações	(33)	(20)
Material	(244)	(102)
Informática	(455)	(411)
Aluguel	-	-
Impostos e Taxas	(445)	(19)
Outras despesas administrativas	(421)	(457)
Depreciação do imobilizado	(118)	(43)
Amortização do intangível	(37)	(34)
Despesas indedutíveis	(46)	(13)
Contingências Ativas/Passivas	18.110	132
Despesas OUC (Nota 18)	(211)	(1.221)
Recuperação do patrimônio histórico	-	(60)
Outorga Onerosa	(40)	-
Variações patrimoniais (Nota 19)	(4.962)	(62.263)
Ganho e perda (Ativos)	(1.127)	18.855
Teleférico / VLT	-	(13)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>	<b>(4.221)</b>	<b>(55.333)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Despesas financeiras (Nota 20)	(51.751)	(55.101)
Receitas financeiras (Nota 17.2)	8.827	8.745
Impostos e Contribuições	(474)	(407)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(43.398)</b>	<b>(46.763)</b>
<b>Outras Receitas</b>		
Outras Receitas	7.363	21.672
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(40.256)</b>	<b>(80.424)</b>
Ações em circulação no fim do período	52.038.904	52.038.904
Prejuízo por ação do capital social no fim do período	(0,77)	(1,55)

**Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em mil Reais - R\$)**

	2025	2024
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(40.256)</b>	<b>(80.424)</b>
Reclassificação de contas	-	255
Ajuste exercício anterior	-	1.951
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(40.256)</b>	<b>(78.218)</b>

provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**i) Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com pronunciamento contábil NBC TG 03 R3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**Conciliação do Prejuízo com Caixa de Atividades Operacionais**

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(40.256)	(80.424)
Resultado Operação Urbana - OUC	(7.152)	(20.451)
Ajuste Exercício Anterior	-	1.951
Depreciação e amortização	155	77
Variações patrimoniais e contingências	(13.148)	62.131
Ganho e perda de ativos	1.127	(18.855)
Reclassificação despesas financeiras para LP	51.066	53.188
Redução (aumento) em valores a receber	6.339	(3.074)
Aumento (redução) em fornecedores	341	211
Aumento (redução) em tributos a recolher	(9)	86
Aumento (redução) em salários e encargos sociais	206	56
Aumento (redução) em provisões trabalhistas	18	196
<b>Total</b>	<b>(1.313)</b>	<b>(4.908)</b>

**j) Redução do valor recuperável de ativos e depreciação:** Os saldos de imobilizado, intangível e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos ou alteração nas vidas úteis e valores residuais do imobilizado em 31/12/2025. **k) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado pelo regime contábil de competência, (preituado no item 1.17 da NBC TG Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que dispõe sobre os Princípios da Norma Brasileira de Contabilidade CFC. **l) Resultado por ação:** A apuração do resultado por ação é feita com base no resultado líquido do período, dividido pela quantidade de ações em circulação ao final do exercício. **4. Caixa e Equivalente de Caixa. Representados por:**

Descrição	2025	2024
Caixa e Bancos	870	7
Aplicações Financeiras	53.724	195
<b>Total</b>	<b>54.594</b>	<b>202</b>

Aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa junto à Caixa Econômica Federal remunerada à taxa média de 96,7% do CDI (13,16%) ao ano, em 31/12/2025). **5. Realizável a curto prazo**

Descrição	2025	2024
Adiantamento a empregados	34	5
Adiantamentos fornecedores	-	155
Contas a receber	2.543	7.521
Despesas antecipadas	76	34
Impostos a recuperar	1.407	1.710
<b>Total</b>	<b>4.060</b>	<b>9.425</b>

**5.1 Contas a receber: Representado pelas seguintes receitas: (a) Roda Gigante - Remuneração pela Permissão de Uso de parte de área de imóvel situado na Avenida Rodrigues Alves, 455 conforme aviso de seleção 001/2018, permissão de uso do imóvel situado a Rua do Equador, 650 e parte do imóvel situado a Rua Equador, 80.44. (b) Companhia VLT - Receitas pelas atividades de fiscalização dos serviços objeto do Contrato do VLT. A Companhia faz jus à 2% (dois por cento) da Receita Tarifária da operação do VLT. (c) RioLuz - Encargos de gestão, referentes à Cláusula 1.1.1.1.2.1 do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, sob a forma de Parceria Público-Privada, para a implantação, manutenção e operação dos serviços de Iluminação Pública e outros serviços. (d) CEPAC - Taxa de desvinculação do CEPAC CCSISA. (e) Porto Novo - Receita corresponde ao recebimento de 50% do lucro da Concessionária Porto Novo referente à exploração de mobiliário urbano conforme previsto no processo administrativo de nº 24.100.073/2015. (f) JCDECAUX MUPI - Encargos de fiscalização referentes ao contrato de concessão para a prestação dos serviços de manutenção, conservação, desenvolvimento e instalação de mobiliário urbano de publicidade e informação (MUPI) nas estações da Bike Rio, relativos ao lote 3. (g) Rio Mais Verde - Encargos de fiscalização, conforme cláusula 34.7 do Contrato de Concessão, referentes ao período de implantação do projeto. (h) Novo Mercado - Outorga de aluguel de espaço. **5.2 Impostos a recuperar:** Inclui o imposto de renda retido dos ganhos de aplicação financeira e rendimentos do Fundo de Investimento Imobiliário CCPAR. A retenção efetuada é reconhecida como antecipação de imposto e, caso não se apure valores a pagar do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, o referido montante se constituirá crédito tributário para a Companhia. **6. Realizável a Longo Prazo****

Descrição	2025	2024
Valores a receber - Obras	63.343	63.343
Outros valores a receber - Terrenos	3.970	3.970
Ações/Bloqueios Judiciais	1.014	1.079
Convênio SMCG/MR	39.068	39.086
Outros valores a receber	-	6
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>107.395</b>	<b>107.484</b>

**6.1. Valores a receber:** Representa a Edital de Concorrência Pública Nº 001/2013 com o objetivo de alienar 3 (três) imóveis cujo pagamento se dará com a execução de obra (construções e edificações em imóvel de propriedade da União), oriundo do contrato de aforamento do imóvel situado na Avenida São Cristóvão Nº 1200, antigo Nº 1576 - Gasômetro, onde a Companhia é responsável pela execução da obra. O edital prevê o pagamento dos imóveis objetos da Concorrência, acrescidos de torna financeira. Os imóveis alienados foram: **Terreno 01:** Endereço: Av. Cidade de Lima, nº 340, Santo Cristo. Área: 2.541,77m². **Terreno 02:** Endereço: Av. Venezuela, nº 154/156, Gamboa. Área: 2.549,04m². **Terreno 03:** Endereço: Av. Rodrigues Alves, nº 455, Saúde. Área: 2.459,30m². O montante do valor nominal a receber da empresa JPL Comercial e Agrícola Ltda (vencedora da licitação) é de R\$ 63.343 mil, originados pela transferência dos terrenos Cidade de Lima pelo valor de R\$ 31.692 mil (Trinta e um milhões seiscentos e noventa e dois mil) e Ministério da Agricultura (Matrículas 46808 e 46809) pelo valor de R\$ 31.651 mil (Trinta e um milhões seiscentos e cinquenta e um mil). Conforme previsão contratual, o pagamento se dará pela execução de obras cujo prazo é de 36 (trinta e seis) meses a contar da ordem de início, que será dada quando o terreno destinado à construção for liberado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU. Em garantia da obrigação de construção da Sede da SPU, ficou estabelecida em contrato a prestação de garantia por parte da JPL no valor de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), garantia está para assegurar o término da respectiva obra, nos termos do edital da Licitação e do Contrato Preliminar. **6.2. Outros valores a receber:** Em 05.04.2011 foi celebrado instrumento particular de compra e venda com a União, com força de escritura pública, do imóvel situado entre a Rua da Gamboa, Avenida Rodrigues Alves e Rua Rivadávia Correia - Pátio da Marilhina, registrado na matrícula nº 96851. Pela compra e venda foi pago o valor de R\$ 23.350 mil (Vinte e três milhões, trezentos e cinquenta mil reais), correspondente a 100% do valor imóvel, considerando o domínio pleno, conforme laudo de avaliação. O objeto da compra e venda era somente o domínio útil, 83% do terreno, sendo o valor devido equivalente a R\$ 19.381 mil (Dezenove milhões trezentos e oitenta e um mil reais). Sendo assim, o montante a ser ressarcido em seu valor nominal corresponde à R\$ 3.969 mil (Três milhões novecentos e sessenta e nove mil reais). **6.3. Ações/Bloqueios Judiciais.**

Descrição	2025	2024
Tribunal Regional do Trabalho depósito recursal do processo 0100644-27.2021	25	25
Tribunal de Justiça RJ depósito judicial processo 08086272020218190001	-	76
Amortização de Quotas depósito judicial 03/2024	697	697
Ofício 510012714296	697	697

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em mil Reais - R\$)				
	Capital Subscrito	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>5.262.490</b>	<b>(186.817)</b>	<b>(5.115.599)</b>	<b>(39.926)</b>
Ajuste de reclassificação	-	(19.200)	255	(18.945)
Redução de Capital	(58.600)	-	-	(58.600)
Prejuízo do exercício	-	-	(80.424)	(80,424)
Ajuste Exercício Anterior	-	-	1.951	1,951
<b>Saldos em 31/12/2024 (reapresentado)</b>	<b>5.203.890</b>	<b>(206.017)</b>	<b>(5.193.817)</b>	<b>(195.944)</b>
Integralização de Capital	-	35.205	-	35.205
Prejuízo do exercício	-	-	(40,256)	(40,256)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>5.203.890</b>	<b>(170.812)</b>	<b>(5.234.073)</b>	<b>(200.995)</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa (método direto) em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em mil Reais - R\$)**

	2025	2024
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>24.223</b>	<b>17.854</b>
<b>Entradas operacionais</b>	<b>8.173</b>	<b>9.523</b>
Receitas	1.522	351

## COMPANHIA CARIOCA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS - CCPAR

CNPJ 11.628.243/0001-95

deliberou pela liquidação do Fundo. Como parte do processo de liquidação, a Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR) recebeu um Direito Creditório no valor de R\$ 62.305 mil (sessenta e dois milhões, trezentos e cinco mil Reais) referente ao pagamento de cotas do FIIRP, em conformidade com o Termo de Compromisso assinado em 2017 entre a CCPAR e a Caixa Econômica Federal. Esta transação resultou na baixa do investimento da Companhia no FIIRP e no reconhecimento de um ativo de contas a receber correspondente ao Direito Creditório. O valor do Direito Creditório será pago em moeda corrente nacional e transferido para a CCPAR, compreendendo o direito de recebimento dos valores referentes à liquidação do Fundo. A Companhia recebeu a primeira parcela em 09/09/2025 no montante de R\$ 31.152 (trinta e um milhões, cento e cinquenta e dois mil), restando a outra metade a receber. O impacto desta operação nas demonstrações financeiras da Companhia em 31/12/2025 foi a reclassificação do investimento em cotas do FIIRP para a conta de Direitos Creditórios a Receber, refletindo a natureza do ativo após a deliberação de liquidação do Fundo. **b. Fundo de Investimento Imobiliário CCPAR:** Fundo de Investimento Imobiliário CCPAR, constituído na forma de condomínio fechado, objetivando a obtenção de resultados aos cotistas mediante desenvolvimento de empreendimentos imobiliários com os ativos que irão compor o seu patrimônio. Em 2025 a Companhia recebeu amortização de quotas no montante de R\$ 8.296 (oito milhões, duzentos e noventa e seis mil reais). **8. Imobilizado: Representados por:**

Composição	2025		2024	
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Móveis e Utensílios	207 (77)	130	50	10%
Máquinas e Equipamentos	189 (125)	64	42	10%
Instalações	7 (1)	6	10%	10 anos
Computadores e Periféricos	966 (492)	474	388	20%
Biblioteca	6 (6)	-	-	10%
Aparelhos Telefônicos	7 (4)	3	3	10%
Construções em andamento	-	-	41.950	4%
Veículos	24 (1)	23	24	20%
<b>Total</b>	<b>1.406 (706)</b>	<b>700</b>	<b>42.463</b>	

Composição	2024		2025	
	Saldo Líquido	Aquisições	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Móveis e Utensílios	50	90	-	(10)
Máquinas e Equipamentos	42	32	-	(10)
Instalações	6	-	-	0
Computadores e Periféricos	388	183	-	(97)
Biblioteca	-	-	-	0
Aparelhos Telefônicos	3	-	-	0
Construções em andamento	41.950	-	-	-
Veículos	24	-	-	(1)
<b>Total</b>	<b>42.463</b>	<b>305</b>	<b>-</b>	<b>(118)</b>

**9. Intangível: Representados por:**

Composição	2025		2024	
	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Software	496 (419)	77	114	20%
<b>Total</b>	<b>496</b>	<b>(419)</b>	<b>77</b>	<b>114</b>

Composição	2024		2025	
	Saldo Líquido	Aquisições	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Software	114	496	-	(419)
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>496</b>	<b>(419)</b>	<b>77</b>

**10. Fornecedores:** O saldo de fornecedores da Cia é representado por:

Composição	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores de Serviços	1.495	1.154	1.119	1.073
Fornecedores OUC	1.344.760	1.294.366	226.300	226.300
Fornecedores	1.118.460	1.068.066	-	-

**11. Obrigações Sociais e Tributárias a recolher:** As obrigações tributárias e sociais estão registradas de acordo com sua origem. O montante a recolher em dezembro de 2025 e 2024 é composto por:

Composição	2025		2024	
	Tributos	Tributos-Serviços OUC	Tributos	Tributos-Serviços OUC
IRRF Sobre Folha	521	530	424	448
IRRF Serviço Prestado - PJ	1	2	69	-
Parcelamento IRPJ Fonte PGFN	69	-	9	14
INSS Sobre Serviços Prestados - PJ	15	63	15	63
ISS A Recolher	3	3	3	3
Pis/Cofins/Csll	811	675	118	128
IRRF Serviço Prestado - OUC	118	128	280	304
INSS Sobre Serviços Prestados - OUC	280	304	248	96
ISS Sobre Serviços Prestados - OUC	248	96	136	147
Pis/Cofins/Csll - OUC	136	147	29	-
Parcelamento SPU - PGFN	29	-	331	141
Impostos e Contribuições	331	141	1.663	1.346
Tributos a Recolher	1.663	1.346	-	-

**12. Obrigações com Acionistas:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). O empréstimo firmado com o Município RJ teve a finalidade exclusiva de constituição da Garantia Fiduciária do Contrato de PPP do VLT - Veículo Leve Sobre Trilhos. O aumento do empréstimo se deu pelo acordo com Docas. Em 25.11.2014 foi firmada entre a antiga CDURP (agora CCPAR), e a Companhia DOCAS a Escritura de Desapropriação Amigável dos Imóveis com o valor total atribuído de R\$ 50.302.028,78 para aquisição de imóveis. A forma de pagamento pela desapropriação dos imóveis estabelecida na escritura pública foi da seguinte forma: (i) Pagar o valor de R\$ 49.627.107,30 (valor líquido, deduzidos impostos de obrigação de DOCAS) em 120 parcelas de R\$ 413.559,22 (quatrocentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos), vencendo-se a primeira em 10/08/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, devidamente corrigido pelo IPCA; (ii) Construir a sede da CDJR na Área Remanescente do imóvel ora desapropriado e de propriedade da CDJR, com área privativa aproximada de 9.006,50 m<sup>2</sup>; (iii) Construir Sede da Guarda Portuária para CDJR. Em 2024 foi firmado o Instrumento de Autocomposição entre o Município do Rio de Janeiro - MRJ, a Companhia DOCAS e a CCPAR. Nesse instrumento, conforme Cláusula Terceira, item 3.1 e itens 6, 7 e 8 da planilha constante do seu Anexo I, foram incluídas e quitadas obrigações da CCPAR perante DOCAS na conciliação dos débitos Tributários e de ISS que DOCAS tinha junto a MRJ. Desta forma, cabe ao MRJ e CCPAR ajustarem as ações necessárias para liquidação do pagamento, podendo, inclusive, dar quitação da dívida. **13. Outras Obrigações:** Em 2015 foi celebrado entre a União Federal (outorgante cedente), Município do Rio de Janeiro (outorgado cessionário) e CCPAR (interviente), o Contrato de cessão sob regime de aforamento em condições especiais do imóvel situado a Rua Barão de Tefé, 27 com área de

520,67m<sup>2</sup>, denominado Ministério da Agricultura, totalizando R\$ 14.194 (quatorze milhões, cento e noventa e quatro mil reais). Em razão da cessão do domínio útil do imóvel, ficou sob responsabilidade da CCPAR, o compromisso de executar obras de construção e reforma de edificações para Secretaria de Patrimônio da União como forma de pagamento. Consta ainda no passivo da Companhia (vide Nota 10) reconhecimento da obrigação assumida junto a SPU para pagamento da desapropriação do terreno do Gasômetro cujo valor é de R\$ 226.000 (duzentos e vinte e seis milhões de reais). **14. Convênios - passivo:** O saldo de convênio no passivo no valor de R\$ 22.719 (vinte e dois milhões, setecentos e dezenove mil reais) corresponde aos valores correntes e estão lastreados pela conta de aplicação financeira específica para estas operações. **15. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e contingências passivas:** A Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza cível e trabalhista, resultantes do curso normal de suas operações. A provisão para contingências judiciais é estabelecida por valores atualizados, com base no relatório jurídico e conforme a classificação das ações de acordo com a expectativa de perda como provável, possível ou remota, assim como seus valores estimados e elaborada com base em pareceres de seus assessores jurídicos e melhor julgamento da Administração e classificadas da seguinte forma: • Perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa; • Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa; • Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa. A estimativa de desembolso pela Companhia em processos judiciais é de R\$ 3.133 mil (três milhões, cento e trinta e três mil reais), conforme os seguintes processos:

Data de distribuição	Tipo de ação	Vara/turma	Valor envolvido
10/08/2015	Indenizatória	14 - Vara Cível	260.123,51
24/04/2020	Cautelar Antecedente	52ª Vara Cível	3.027,29
29/10/2019	Execução de Título Extrajudicial	9ª Vara Cível	1.000,00
25/08/2011	Desapropriação ***	1ª Vara da Fazenda Pública	463.859,00
16/11/2015	Procedimento Ordinário	16 - Vara Federal	9.162,47
06/07/2018	Reclamação Trabalhista Multa do Artigo 477 CLT	30 - Vara do Trabalho	97.457,74
22/03/2018	Possessória	21 - Vara Cível	1.000,00
03/02/2023	Execução de Título Extrajudicial	2 - Juizado Especial da Fazenda Pública	100.000,00
11/04/2023	Execução Fiscal	8 - Vara de Execução Fiscal	680.825,43
28/08/2023	Liquidação de Sentença Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública	135.000,00
18/09/2023	Liquidação de Sentença Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública	30.000,00
24/11/2023	Liquidação de Sentença Procedimento Comum	7 - Vara de Fazenda Pública	135.000,00
24/11/2023	Liquidação de Sentença Procedimento Comum	1 - Vara de Fazenda Pública	135.000,00
30/01/2024	Liquidação de Sentença Procedimento Comum	15ª Vara de Fazenda Pública	135.000,00
17/04/2024	Liquidação de Sentença Procedimento Comum	15 - Vara da Fazenda Pública	235.000,00
03/05/2024	Reclamação Trabalhista	3 - Vara do Trabalho	196.210,30
25/07/2024	Liquidação de Sentença Procedimento Comum	15ª Vara de Fazenda Pública	211.800,00
17/09/2024	Liquidação de Sentença Procedimento Comum	15ª Vara de Fazenda Pública	235.000,00
18/10/2024	Execução Fiscal	3ª Vara Federal de Execução Fiscal	68.486,92
			<b>3.132.952,66</b>

\*\*\* A perícia anterior foi anulada pelo Tribunal de Justiça. Diante disso, a provisão anterior (R\$ 18.958.235,37) foi alterada para o valor da causa e será novamente modificada por ocasião da nova perícia. **15.1. Perdas possíveis - Não provisionadas:** Os valores de processos judiciais, avaliados com o grau de risco de perda possível e não provisionados, estão estimados em valor mínimo de R\$ 92.562 mil (noventa e dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil), conforme evidenciando a seguir:

Data de distribuição	Tipo de ação	Vara/turma	Valor envolvido
19/06/2020	Execução de Título Extrajudicial	17ª Vara Cível	250.000,00
07/12/2021	Repetição de Indébito	11ª Vara de Fazenda Pública	204.043,95
28/11/2013	Desapropriação	8ª Vara Cível	670.244,26
17/12/2015	Indenizatória	27 - Vara Federal	100.000,00
17/12/2020	Procedimento Comum	6 - Vara Federal	13.500.000,00
02/10/2014	Indenizatória	35 - Vara Cível	64.251.041,12
09/07/2014	Indenizatória	26 - Vara Cível	1.218.672,00
19/04/2022	Execução Fiscal	9 - Vara Federal	586.151,52
25/11/2022	Nulidade de Doação	8 - Vara de Fazenda Pública	10.000,00
03/06/2024	Execução Fiscal	10ª Vara Federal	529.561,01
16/04/2025	Reclamação Trabalhista	52ª Vara do Trabalho	106.540,00
08/07/2025	Reclamação Trabalhista	14ª Vara do Trabalho	99.550,00
09/07/2025	Reclamação Trabalhista	74ª Vara do Trabalho	30.550,00
08/09/2025	Reclamação Trabalhista	8ª Vara do Trabalho	32.186,20

**21. Seguros:** A Companhia, através da contratação de seguros, transfere os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia. Os seguros da Empresa, em valores de 31/12/2025, são assim demonstrados:

Item	Tipo de Cobertura	Vigência	Valor do Seguro (R\$)	Importância Segurada
Seguro Saúde	Cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia.	Setembro/2025 a Setembro/2026	640.933,92	NA
Seguro D&O	Ressarcimento das Perdas Indenizáveis, a título de reparação, por Danos causados a Terceiros, decorrentes de uma Reclamação coberta e fixadas por sentença judicial ou arbitral final e irrecorrível, ou mediante acordo com os Terceiros prejudicados com a anuência prévia e expressa da Seguradora, atendidas as Condições Contratuais e a Especificação. Limitando-se às Reclamações feitas pela primeira vez por Terceiros contra os Segurados durante a Vigência da Apólice ou durante o Prazo Adicional quando cabível, e as Reclamações estejam vinculadas a danos ou a prática de um Ato Danoso ocorrido durante a Vigência da Apólice ou durante o Período de Retroatividade.	07/08/2025 a 07/08/2026	31.035,44	5.000.000,00
Seguro de Empreendimento Empresarial	Garantia de indenização de incêndio, danos elétricos, quebra de vidros, responsabilidade civil de guarda de veículos de terceiros.	16/06/2025 a 16/06/2026	11.681,72	12.000.000,00

A Administração da CCPAR declara que as informações contidas nas demonstrações financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia, e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação vigente e normas do Conselho Federal de Contabilidade. A Administração confirma que não há fatos subsequentes que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025. **Osmar Carneiro Guimarães de Lima** - Presidente. **Luiz Orione Souza Nunes** - Diretor de Administração e Finanças. **Guilherme da Rocha Albuquerque** - Diretor de Estruturação de Projetos. **Pablo Ritto Koehler** - Diretor de Operações. **Natalina Marta Silva e Souza** - Contadora CRC-MG-068647/O-9 T-RJ. **NCA Contabilidade Empresarial Ltda** - CRC-RJ-007865/O-0

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**  
Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, bem como as informações comparativas correspondentes às demonstrações de 2024, representadas conforme descrito na Nota 2.1. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases - Prejuízos sucessivos e Passivo a descoberto:** Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para os sucessivos prejuízos que a companhia vem apresentando nos últimos anos, sendo R\$ 40,256 milhões em 2025 e R\$ 80,424 milhões em 2024, com Prejuízo Acumulado de R\$ 5,193 bilhões, e Passivo a Descoberto de R\$ 200,995 milhões. As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. A administração deve elaborar planos de curto e médio prazo com o objetivo de reverter esta situação. **Ilíquidez de fundos imobiliários:** Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18, onde a companhia assumiu as despesas operacionais da OUC (Operação Urbana Consorciada), em virtude de ocorrência de ilíquidez do FIIPM, com a contratação dos serviços e consequente manutenção de pagamento, ocasionando um impacto significativo no Resultado da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Incerteza sobre realização de CEPACs:** Conforme descrito na Nota 7.2 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém saldo de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPACs no montante de R\$ 734,539 milhões em 31/12/2025, representando a maior parcela do realizável a longo prazo. Ressaltamos que tais ativos possuem liquidez restrita e já geraram prejuízo de R\$ 3,605 milhões em integralização realizada no exercício de 2025. Diante da concentração significativa e da natureza específica dos CEPACs, há incerteza relevante quanto à sua plena realização econômica futura. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Incerteza sobre prazo e recuperabilidade sobre FI-PP:** Conforme descrito na Nota 7.3 às demonstrações contábeis, em 2025 foi deliberada a liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário da Região do Porto (FI-PP), resultando na baixa do investimento e no reconhecimento de um direito creditório no valor de R\$ 62,305 milhões, dos quais R\$ 31,152 milhões já foram recebidos e o restante permanece a receber. Ressaltamos que a realização integral desse ativo depende da efetiva liquidação e pagamento pela Caixa Econômica Federal, representando incerteza relevante quanto ao prazo e à plena recuperabilidade. Além disso, a Companhia mantém participação no Fundo de Investimento Imobiliário CCPAR, que registrou amortização de quotas no exercício. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Capital social - Divergência entre o Estatuto e a Contabilidade:** Conforme descrito na Nota explicativa 14, o estatuto social da Companhia estabelece capital social de R\$ 6 bilhões, totalmente subscrito. Entretanto, os registros contábeis em 31/12/2025 evidenciam capital subscrito de R\$ 5,203 bilhões, dos quais R\$ 170,812 milhões permanecem a integralizar, resultando em capital integralizado de R\$ 5,058 bilhões. O que resulta uma diferença a menor de R\$ 796,110 milhões em subscrição de capital. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Outros Assuntos - Auditoria do período anterior:** As demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos

**Parecer do Conselho de Administração**  
O Conselho de Administração da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração do resultado do exercício; (iii) demonstração do resultado abrangente; (iv) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (v) demonstração dos fluxos de caixa; (vi) notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2024 e 2025; (vii) relatório da auditoria independente, datado de 25 de março de 2026; (viii) parecer da Auditoria Geral - RAG nº 044/2026; e (ix) parecer do Conselho Fiscal. Após

**Parecer do Conselho Fiscal do Exercício de 2025**  
O Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos - CCPAR, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelo art. 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelo art. 26 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, procedeu ao exame das seguintes peças: 1. Demonstrações Contábeis do exercício de 2025; 2. Relatório anual da gestão - Processo 006600.000492/2026-06; 3. Relatório de Auditoria Interna - RAG 044/2026, emitida em 14/04/2026; e 4. Parecer da Auditoria Externa - Staff Auditoria e Assessoria. Tendo em vista os documentos examinados, o Conselho Fiscal manifesta-se a favor da aprovação das Demonstrações Contábeis, destacando, contudo, as ressalvas e observações adicionais constantes da minuta do relatório da auditoria interna, os parágrafos de destaque da auditoria independente e os registros presentes nas atas do Conselho Fiscal, especialmente no que se

refere aos seguintes pontos: a) Nota Explicativa nº 19 (não apresenta detalhamento suficiente quanto à composição, metodologia de cálculo, premissas adotadas e eventuais julgamentos envolvidos na apuração de saldos relevantes); b) Representação das demonstrações contábeis de 2024; c) Prejuízos sucessivos e passivo a descoberto (risco de continuidade e dependência financeira); d) Ilíquidez de fundos imobiliários; e) Incerteza sobre realização de CEPACs; f) Incerteza sobre prazo e recuperabilidade sobre FI-PP; g) Capital social Divergência entre o Estatuto e a Contabilidade. Os aspectos destacados se mostram significantes para manutenção da independência da entidade e devem ser objeto de especial atenção do Conselho de Administração e do Acionista Majoritário. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2026. **Waldo de Andrade** - Conselheiro Fiscal Titular (Presidente). **Rodrigo Fernandes Barbosa** - Conselheiro Fiscal Titular. **Jose Paulo de Menezes Júnior** - Conselheiro Fiscal Titular. **Waldomiro Lucas de Paiva** - Conselheiro Fiscal Suplente.

Data de distribuição	Tipo de ação	Vara/turma	Valor envolvido
14 - Vara Cível	14 - Vara Cível	14 - Vara Cível	260.123,51
52ª Vara Cível	52ª Vara Cível	52ª Vara Cível	3.027,29
9ª Vara Cível	9ª Vara Cível	9ª Vara Cível	1.000,00
1ª Vara da Fazenda Pública	1ª Vara da Fazenda Pública	1ª Vara da Fazenda Pública	463.859,00
16 - Vara Federal	16 - Vara Federal	16 - Vara Federal	9.162,47
30 - Vara do Trabalho	30 - Vara do Trabalho	30 - Vara do Trabalho	97.457,74
21 - Vara Cível	21 - Vara Cível	21 - Vara Cível	1.000,00
2 - Juizado Especial da Fazenda Pública	2 - Juizado Especial da Fazenda Pública	2 - Juizado Especial da Fazenda Pública	100.000,00
8 - Vara de Execução Fiscal	8 - Vara de Execução Fiscal	8 - Vara de Execução Fiscal	680.825,43
15 - Vara da Fazenda Pública	15 - Vara da Fazenda Pública	15 - Vara da Fazenda Pública	135.000,00
15 - Vara da Fazenda Pública	15 - Vara da Fazenda Pública	15 - Vara da Fazenda Pública	30.000,00
7 - Vara de Fazenda Pública	7 - Vara de Fazenda Pública	7 - Vara de Fazenda Pública	135.000,00
1 - Vara de Fazenda Pública	1 - Vara de Fazenda Pública	1 - Vara de Fazenda Pública	135.000,00
15ª Vara de Fazenda Pública	15ª Vara de Fazenda Pública	15ª Vara de Fazenda Pública	135.000,00
15 - Vara da Fazenda Pública	15 - Vara da Fazenda Pública	15 - Vara da Fazenda Pública	235.000,00
3 - Vara do Trabalho	3 - Vara do Trabalho	3 - Vara do Trabalho	196.210,30
15ª Vara de Fazenda Pública	15ª Vara de Fazenda Pública	15ª Vara de Fazenda Pública	211.800,00
15ª Vara de Fazenda Pública	15ª Vara de Fazenda Pública	15ª Vara de Fazenda Pública	235.000,00
3ª Vara Federal de Execução Fiscal	3ª Vara Federal de Execução Fiscal	3ª Vara Federal de Execução Fiscal	68.486,92
			<b>3.132.952,66</b>

\*\*\* A perícia anterior foi anulada pelo Tribunal de Justiça. Diante disso, a provisão anterior (R\$ 18.958.235,37) foi alterada para o valor da causa e será novamente modificada por ocasião da nova perícia. **15.1. Perdas possíveis - Não provisionadas:** Os valores de processos judiciais, avaliados com o grau de risco de perda possível e não provisionados, estão estimados em valor mínimo de R\$ 92.562 mil (noventa e dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil), conforme evidenciando a seguir:

Data de distribuição	Tipo de ação	Vara/turma	Valor envolvido
19/06/2020	Execução de Título Extrajudicial	17ª Vara Cível	250.000,00
07/12/2021	Repetição de Indébito	11ª Vara de Fazenda Pública	204.043,95
28/11/2013	Desapropriação	8ª Vara Cível	670.244,26
17/12/2015	Indenizatória	27 - Vara Federal	100.000,00
17/12/2020	Procedimento Comum	6 - Vara Federal	13.500.000,00
02/10/2014	Indenizatória	35 - Vara Cível	64.251



## MINISTÉRIO

# MDIC reduz prazo de análise de incentivo à exportação pela metade

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O prazo para análise de pedidos do regime de drawback, um dos principais incentivos às exportações brasileiras, caiu em mais de 50%, anunciou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Duas portarias publicadas no Diário Oficial da União simplificam os procedimentos de pedidos e reduzem o número de etapas do processo.

Com as mudanças, o tempo de avaliação, que antes podia chegar a até 60 dias, passa a ser inferior a 30 dias. A alteração tem como objetivo tornar mais rápido e simples o acesso

das empresas ao benefício, sem mudar as regras para concessão do incentivo.

A nova regra simplifica o processo de análise. Antes, o pedido passava por etapas separadas: primeiro era feita uma análise inicial e só depois as empresas eram chamadas a apresentar documentos adicionais. Agora, todo o processo ocorre de uma só vez, permitindo que a documentação seja enviada no momento do pedido.

Esse envio é feito por meio do Portal Único Siscomex, sistema que centraliza operações de comércio exterior no país. A mudança elimina etapas intermediárias e reduz o tempo total de espera.

## GLP

# Governo libera R\$ 330 mi para segurar preço do gás

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Uma medida provisória publicada ontem abre crédito extraordinário de R\$ 330 milhões para subsidiar a importação de gás de cozinha, em meio à alta dos preços provocada pelo cenário internacional.

O recurso será usado para garantir que o gás liquefeito de petróleo (GLP) importado seja vendido no Brasil pelo mesmo preço do produto nacional, evitando repasses mais elevados ao consumidor final.

A medida faz parte de um pacote anunciado no início de abril para conter os impactos da

guerra no Oriente Médio sobre os combustíveis. O conflito elevou o preço do petróleo no mercado internacional, o que pressiona diretamente o custo do gás e do transporte.

Na ocasião, o governo anunciou um subsídio de R\$ 850 por tonelada para o produto importado. A medida busca equiparar o preço ao GLP nacional e reduzir o impacto no custo do gás de cozinha, especialmente para famílias de baixa renda.

## COMPENSAÇÃO

Na prática, o subsídio funciona como uma compensação: o governo cobre parte do custo da importação para que distribuidoras

não precisem repassar integralmente a alta ao consumidor.

Segundo o Palácio do Planalto, o objetivo é proteger o orçamento das famílias, especialmente as de baixa renda, que são mais afetadas por aumentos no preço do botijão.

A subvenção vale, inicialmente, para o período de 1º de abril a 31 de maio, podendo ser prorrogada por mais dois meses, dependendo da evolução dos preços no mercado internacional.

## META FISCAL

Segundo as regras atuais, créditos extraordinários estão fora do limite de gastos do arcabouço fiscal, mas estão incluídos na

meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

Para este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estipula superávit primário de R\$ 34,3 bilhões (0,25% do Produto Interno Bruto), podendo variar de resultado zero (nem déficit nem superávit) a resultado positivo de R\$ 68,6 bilhões (0,5% do PIB).

## IMPORTAÇÃO

O Brasil importa cerca de 20% do gás de cozinha consumido no país, o que torna o produto sensível a variações externas, como o preço do petróleo e custos logísticos.

## LICEU FRANCO-BRASILEIRO S.A.

CNPJ Nº 33.547.449/0001-23

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Mensagem da Administração:** O Liceu Franco Brasileiro S.A. completou 110 anos. O Colégio Franco tem como principal objetivo a busca da formação integral de seus alunos, pois, além de garantir o ensino de excelência, tem também o compromisso de formar cidadãos com pensamento crítico, princípios éticos, capazes de desenvolver e repensar a realidade de hoje. Na área educacional, o Liceu Franco-Brasileiro vem se destacando por possuir uma grade curricular sólida sem desviar o olhar das novas propostas pedagógicas, em especial quanto a novas ferramentas tecnológicas de ensino, e dos acontecimentos que envolvem, a cada ano letivo, a sociedade brasileira e o mundo. Nossa Administração entende que é imperativo preservar a tradição da escola como ambiente de formação moral e intelectual de seus alunos. Por isso, o Franco continua sendo uma instituição firme na sua proposta de ação, preocupada com as exigências dos

novos tempos, rica no entendimento da educação como condição para uma vida saudável, criativa e produtiva em sociedade. **Da Responsabilidade Social:** O Projeto Social: O Liceu Franco-Brasileiro S/A, devidamente credenciado pela Secretaria Municipal de Educação, participa do Programa de Apoio a alunos que completam o Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal criado pela Lei nº 3468, de 13/12/2002, com o objetivo de dar continuidade aos estudos desses alunos no Ensino Médio, tendo atendido durante o ano letivo de 2025, 74 alunos da 1ª à 3ª série. Nos termos do Estatuto Social são apresentadas as Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício de 2025, na forma da legislação societária, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07, acompanhadas das Notas Explicativas pertinentes e Parecer dos Auditores Independentes. Rio de Janeiro, 25 de março de 2025.

A Diretoria - JULIO LUIZ BAPTISTA LOPES - CPF 592.452.207-53 - Diretor-Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais R\$		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em Reais - R\$		DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais - R\$		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>ATIVO</b>						
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.018.881</b>	<b>3.380.252</b>				
Disponibilidades	492.015	45.775				
Caixa	7.000	7.000				
Banco c/Movimento	483.656	5.478				
Aplicações Financeiras	1.359	33.297				
<b>Valores a Receber</b>	<b>3.526.866</b>	<b>3.334.477</b>				
Quotas a Receber	2.326.271	1.956.120				
Outras Contas a Receber	1.200.594	1.378.357				
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>154.010.963</b>	<b>138.899.289</b>				
Realizável a Longo Prazo	146.005.000	130.133.429				
Créditos a Coligadas	145.486.103	129.712.360				
Outros Créditos	344.523	237.411				
Impostos a recuperar	69.948	69.948				
Impostos Diferidos	104.112	113.397				
Investimentos	314	314				
Imobilizado	8.005.963	8.765.860				
<b>Total do Ativo</b>	<b>158.029.844</b>	<b>142.279.542</b>				
<b>PASSIVO</b>						
<b>Passivo Circulante</b>	<b>21.445.207</b>	<b>31.796.073</b>				
Fornecedores	1.013.831	881.717				
Impostos a Pagar	1.087.921	5.536.889				
Obrigações Sociais	2.380.538	12.359.745				
Salários a Pagar	771.089	-				
Férias a Pagar	778.328	790.140				
Contas a Pagar	3.712.197	175.634				
Provisão Férias/Encargos	384.728	1.711.476				
Adiantamento de Clientes	11.316.575	10.340.473				
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>124.973.509</b>	<b>99.014.957</b>				
Exigível a Longo Prazo	124.973.509	99.014.957				
Empréstimos	1.666.667	2.820.000				
Impostos Parcelados	58.683.468	54.052.644				
Contingências Tributárias/Trabalhistas	64.143.231	41.909.952				
Créditos com Coligadas	480.143	232.361				
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>11.611.128</b>	<b>11.468.512</b>				
Capital Social	8.558.300	8.558.300				
Reserva de Capital	32.406	32.406				
Reserva de Lucros	2.874.119	2.726.289				
Resultado do Exercício	146.303	151.517				
<b>Total do Passivo</b>	<b>158.029.844</b>	<b>142.279.542</b>				

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

**1. Atividades Operacionais:** O Liceu Franco Brasileiro S.A., sociedade empresária, de caráter educacional, tem por finalidade o ensino em geral, da educação infantil ao ensino médio, e se rege pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios definidos pela Lei 6.404/76 - (Lei das Sociedades Anônimas), Princípios Fundamentais de Contabilidade e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as modificações introduzidas pela Lei 11.638/07. **3. Principais Práticas Contábeis:** **3.1 - Direitos e Obrigações:** Os direitos e obrigações são registrados pelo regime de competência. De acordo com art. 184-III da Lei das S/A a sociedade ajusta os seus estoques de dívida conforme a percepção de qual o valor que poderia, se possível - em termos de poder econômico, quitar a sua totalidade à data do balanço. Flutua, por esse mecanismo, de acordo com as condições macroeconômicas a cada trimestre. **3.2 - Reconhecimento das Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são registradas pelo regime contábil de competência de exercício, e inclui os rendimentos, encargos e as variações monetárias a índices ou taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulante. **3.3 - Mútuos entre Ligadas:** Representam recursos transferidos para empresas do Grupo, coberto por Contratos de Mútuos, tendo sido registrados os encargos e rendimentos inerentes ao contrato. **3.4 - Imobilizado:** Registrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com a depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas permitidas pela legislação em vigor, a serem revistas em razão da vida econômica dos bens. **3.5 - Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores originais acrescido de encargos, observadas as orientações do artigo 184, inciso III, da Lei das S/A. **3.6 - Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação vigente. **4. Quotas a Receber:** São valores a receber de mensalidades em atraso, dos anos letivos de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 em negociação para recebimento, consideradas como recuperáveis. **5. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo e respectiva depreciação, assim composto:

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Reais - R\$					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Resultado do Exercício	Total
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>8.558.300</b>	<b>32.406</b>	<b>2.593.356</b>	<b>132.933</b>	<b>11.316.995</b>
Transferência para Reserva	-	-	132.933	132.933	-
Resultado líquido de 2024	-	-	-	151.517	151.517
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>8.558.300</b>	<b>32.406</b>	<b>2.726.289</b>	<b>151.517</b>	<b>11.468.512</b>
Transferência para Reserva	-	-	129.245	132.933	3.688
Resultado líquido de 2025	-	-	-	146.303	146.303
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>8.558.300</b>	<b>32.406</b>	<b>2.855.534</b>	<b>164.888</b>	<b>11.611.128</b>

Discriminação	Taxa Anual Depreciação - %	Valor (R\$)	Depreciação Acumulada (R\$)	Valor Líquido em R\$ em	
				31/12/2025	31/12/2024
Terreno	0	5.337.698	-	5.337.698	5.337.698
Imóveis	4	1.566.678	(1.566.678)	-	-
Móveis e Utensílios	10	2.000.561	(1.166.057)	834.504	611.950
Equipamentos	10	816.625	(766.355)	50.269	44.645
Equipamentos de Processamento					
Dados	20	7.459.976	(6.210.883)	1.249.093	1.947.466
Filmes Didáticos	10	1.332	(1.332)	-	-
Parque Infantil	10	97.588	(28.872)	68.716	77.217
Instalações e Benfeitorias	10	3.935.378	(3.559.288)	376.090	668.220
Veículo	5	52.490	(52.491)	0	361
Obras em Andamento	0	78.294	-	78.294	78.294
<b>Total Controlada</b>		<b>21.346.620</b>	<b>(13.351.955)</b>	<b>7.994.665</b>	<b>8.785.890</b>

\* Conforme laudo técnico de 22/05/2024 o imóvel está avaliado em R\$120,5 milhões. **6. Adiantamento de Clientes:** Trata-se de antecipação de anuidades do exercício subsequente, sendo prevista a sua apropriação no ano letivo a que se refere. **7. Impostos e Contribuições Parcelados:** Corresponde a Parcelamento de Tributos junto a SRF de acordo com a Lei 11941/2009, PERT e PGFN. **8. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:** É composto do seguinte:

Despesa IRPJ - Ano Base 2025	(32.465)
IRPJ Diferido sobre Prejuízos Acumulados	(6.827)
IRPJ Total	(39.292)
Despesa CSLL - Ano Base 2025	(19.479)
CSLL Diferido sobre Prejuízos Acumulados	(2.458)
CSLL Total	(21.937)

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Senhores Administradores e Acionistas do LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do LICEU FRANCO BRASILEIRO S/A, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somente requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. - Informações Suplementares - DVA: Examinamos também a demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentado de forma voluntária pela empresa. - Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior: Os valores constantes das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação foram auditadas por nós auditadas, tendo sido emitido relatório sem ressalvas em 25 de março de 2025. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres

de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes e existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não o objetivo e expressamos opinião sobre eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, como fizemos em parágrafo de ênfase ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem adequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, RJ, 27 de março de 2026.

AUDITÓR - Auditores Independentes Ltda.  
CRC-RJ 003.058/O-3Augusto Cesar Carvalho Pimentel  
Contador - CRC-RJ 080.766/O-1

## FECOMÉRCIO-RJ

# Redistribuição de royalties seria uma ameaça ao estado

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O presidente da Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ), Antonio Florencio de Queiroz Junior, afirmou ontem que a possível redistribuição dos royalties do petróleo representa uma grave ameaça à economia fluminense e pode gerar consequências irreversíveis para o estado.

Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Antonio Queiroz disse que a mudança nas regras pode provocar uma retração de quase R\$ 20 bilhões no PIB do Rio e eliminar até 311 mil postos de trabalho no comércio.

“Esta lei, além de ser inconstitucional, também não resolverá a crise estrutural das finanças municipais e estaduais pelo país afora, mas certamente, vai provocar uma tragédia econômica para o Rio de Janeiro”.

Antonio Queiroz reforçou que a perda de arrecadação teria efeito imediato sobre o consumo, com reflexos diretos no comércio, nos serviços e na geração de empregos. “Não há estado que resista a uma perda dessa magnitude”, afirmou.

O presidente da Fecomércio RJ avaliou que o aumento do desemprego tende a ampliar a pressão sobre os serviços públicos, ao mesmo tempo em que reduz a arrecadação das prefeituras, agravando ainda mais o cenário fiscal em todo o estado.

De acordo com Antonio Queiroz, o Rio de Janeiro sempre respeitou o pacto federativo, inclusive em momentos em que foi prejudicado por decisões semelhantes. Para ele, a atual proposta compromete não apenas as contas públicas, mas toda a dinâmica econômica do estado.

Outro ponto destacado pelo presidente da Fecomércio RJ é a natureza dos royalties, que, se-

gundo ele, não podem ser tratados como receita comum de arrecadação, mas como reparação pelos impactos da exploração petrolífera.

“Royalties não são receita, são compensação. Dizer o contrário é uma desonestidade intelectual”.

## DEBATE

A audiência na Alerj discutiu o direito do estado de continuar recebendo os royalties do petróleo diante do julgamento, marcado para o próximo dia 6 de maio, no Supremo Tribunal Federal (STF), da Lei 12.734/12. A norma altera as regras de redistribuição desses recursos entre os estados.

Convocada pela Comissão de Orçamento da Alerj, o encontro reuniu representantes do governo estadual, parlamentares e prefeitos de municípios afetados pela possível mudança.

Segundo o procurador-geral

do estado, Renan Miguel Saad, caso a nova regra seja confirmada, o estado poderá perder cerca de R\$ 8 bilhões, enquanto os municípios fluminenses terão impacto estimado em R\$ 13 bilhões. O procurador classificou a legislação como inconstitucional e afirmou que a aplicação traria desequilíbrios severos para a administração pública estadual e municipal.

Durante a audiência pública, o presidente da Comissão de Orçamento da Alerj, deputado André Corrêa (PSD), apresentou um manifesto que será encaminhado ao STF. O documento, assinado por entidades do setor produtivo, prefeitos e parlamentares, sustenta que a alteração das regras pode gerar efeitos gravíssimos e irreversíveis, com amplas repercussões econômicas e sociais. O texto reforça que o Rio de Janeiro não pleiteia privilégios, mas justiça federativa.

## MARE LIBERUM

# PF e Receita combatem fraude de R\$ 86 bilhões em alfândega no Rio

A Polícia Federal, a Receita Federal e Ministério Público Federal deflagraram, ontem, a Operação Mare Liberum para combater a corrupção na alfândega do Porto do Rio.

Segundo a Receita, o esquema envolveu a movimentação de R\$ 86,6 bilhões em mercadorias, de julho de 2021 a março de 2026, com pagamento de dezenas de milhões em propinas.

A associação criminosa investigada envolve importadores, despachantes e servidores públicos que atuam na facilitação de contrabando e descaminho.

foram cumpridos 45 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em Vitória, no Espírito Santo, além do afastamento dos cargos de 17 auditores fiscais e oito analistas tributários, medidas de bloqueio de bens e restrições a atividades profissionais.

As investigações apontam a atuação de grupo estruturado

na liberação irregular de mercadorias, com divergências entre produtos importados e declarados, sem o pagamento de tributos.

É a maior operação da história da Corregedoria da Receita Federal. A investigação foi iniciada em 2022 a partir de controles internos da corregedoria e denúncias. Mais de 100 servidores da Receita e 200 policiais federais participam das diligências de hoje.

“A Receita Federal está estruturando imediatamente ações de apoio ao Porto do Rio de Janeiro para manter a fluidez do comércio, além de revisar as operações irregulares realizadas no período investigado”, diz o fisco.

Novas medidas ocorrerão para responsabilização de quem pagou a propina. Os investigados poderão responder por crimes como corrupção, associação criminosa, contrabando, descaminho e lavagem de dinheiro, entre outros.

## TURMA DO BEM

# Iniciativa seleciona jovens para tratamento odontológico gratuito

MATHEUS CROBELATTI/ABRASIL

Começou ontem uma triagem em várias cidades a fim de selecionar jovens de 11 a 17 anos para receberem acompanhamento odontológico completo até os 18 anos. A ação, chamada de Megatriagem Odontológica, ocorre em 156 municípios brasileiros.

A iniciativa é da Turma do Bem, organização sem fins lucrativos que busca apoiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social com tratamento dentário gratuito.

Os interessados devem comparecer aos postos de triagem com RG, comprovante de residência e um responsável. A expectativa é que mais de 5 mil novos pacientes sejam encaminhados para tratamento em consultórios particulares de

dentistas voluntários de todo o país.

A triagem avaliará a condição clínica dos pacientes, por meio de um exame visual rápido e não invasivo, feito por um dentista voluntário. Além disso, também será contabilizada a carência socioeconômica da família para priorizar os casos mais graves.

“Essa mobilização nacional é para lembrarmos que a saúde bucal não pode ser um artigo de luxo. Nossa missão é garantir que a condição socioeconômica não seja um impedimento para que esses jovens sorriam, estudem e busquem oportunidades sem dor ou vergonha”, diz Fábio Bibancos, presidente voluntário e fundador da Turma do Bem.

A lista completa com os endereços e horários de cada pon-

to de triagem nas cidades confirmadas pode ser acessada no site oficial da ação megatriagem. Os jovens selecionados após a triagem receberão uma carta oficial da Turma do Bem com as orientações para o início do tratamento.

## SOBRE A TURMA DO BEM

A Turma do Bem trabalha em 12 países com mais de 19

mil dentistas voluntários. Nas últimas edições da Megatriagem, realizadas em 2024 e 2025, mais de 10 mil jovens foram selecionados para receber tratamento odontológico gratuito. A organização também tem parceria com a Colgate, que apoia a ação com atividades educativas e distribuição de kits de higiene bucal em diversas localidades.

**SUSTENA SOLUÇÕES RIO HOLDING LTDA.**  
CNPJ: 41.706.637/0001-85 - NIRE: 33.2.1343235-5  
**ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS DA SUSTENA SOLUÇÕES RIO HOLDING LTDA. REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026**  
Aos 27 dias do mês de abril de 2026, às 10h30, foi realizada, por meio de videoconferência, a Reunião de Sócios da SUSTENA SOLUÇÕES RIO HOLDING LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Estrada Rio São Paulo, nº 6011, Lote Área 6, Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ, CEP 23.075-900, inscrita no CNPJ sob o nº 41.706.637/0001-85 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.2.1343235-5 (“Sociedade”). Participou da Reunião de Sócios a única sócia da Sociedade, Sustena Soluções Holding Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 58.319.689/0001-00 (“Sócia Única”), titular da totalidade do capital social da Sociedade. Tendo em vista a integral representação do capital social, foram dispensadas as formalidades de convocação, conforme permite a legislação vigente. Os trabalhos foram abertos pelo Sr. Daniel Henrique Pastro, que assumiu a presidência da mesa, convidando o Sr. Guilherme Chambarrelli Neno para exercer a função de secretário. **Pauta do Dia:** (i) Deliberação sobre a redução do capital social da Sociedade; e (ii) Demais assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberação:** (i) A Sócia Única deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 1.450.000,00 (um milhão e quatrocentos e cinquenta mil reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade. O valor da redução será restituído à Sócia Única, observado o disposto no artigo 1.084 do Código Civil, inclusive quanto ao prazo de 90 (noventa) dias para oposição por parte de eventuais credores da sociedade; (ii) Passou-se à análise de assuntos gerais, tendo sido registrado que nenhuma matéria adicional foi submetida à deliberação ou tratada sob este item. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelo representante legal da Sócia Única. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026. **Mesa:** Daniel Henrique Pastro e Guilherme Chambarrelli Neno. **Sócia Única:** Sustena Soluções Holding Ltda.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO**  
**SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO**  
**PROCESSO Nº: 1645/2025**  
**AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

<b>CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026</b>	<b>Data de Abertura: 18/05/2026</b> <b>Horário: 10:00h</b> <b>Plataforma eletrônica:</b> <b>https://www.licitanet.com.br/comprador</b>
<b>Unidades Contratantes:</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO</b>
<b>Objeto</b> Contratação de empresa especializada em engenharia civil para realizar a obra de contenção em concreto armado em encosta no Morro da Boa Vista, na Travessa Arthur Bernardes, coordenadas 22°58'10.13"S e 42°01'50.39", sob a coordenação da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.	
<b>Valor estimado</b> R\$ 863.493,01 (Oitocentos e sessenta e três mil, quatrocentos e noventa e três reais e um centavos).	
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>
Não	Sim
<b>Modo de disputa</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
Aberto	Menor Valor Global
<b>Itens Exclusivos para ME/EPP?</b>	<b>Itens com Cota Reservada para ME/EPP?</b>
Não	Não
<b>Exigência de Amostra?</b>	<b>Participação de Consórcio</b>
Não	Não
<b>Intervalo mínimo de diferença entre lances</b> R\$ 100,00 (Cem reais)	
<b>Agente de Contratação</b> <b>Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)</b>	
<b>Fundamento Legal</b> Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes	
<b>Observações Gerais:</b> 1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <a href="http://licitanet.com.br">http://licitanet.com.br</a> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <a href="http://www.arraial.rj.gov.br">http://www.arraial.rj.gov.br</a> . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites <a href="http://www.arraial.rj.gov.br">www.arraial.rj.gov.br</a> e <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.	

**SUSTENA SOLUÇÕES RIO LTDA.**  
CNPJ: 42.885.404/0002-30 - NIRE: 33.2.1327234-0  
**ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS DA SUSTENA SOLUÇÕES RIO LTDA. REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026**  
Aos 27 dias do mês de abril de 2026, às 10h00, foi realizada, por meio de videoconferência, a Reunião de Sócios da SUSTENA SOLUÇÕES RIO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Estrada Rio São Paulo, nº 6011, Lote Área 6, Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ, CEP 23.075-900, inscrita no CNPJ sob o nº 42.885.404/0002-30 e registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33.2.1327234-0 (“Sociedade”). Participou da Reunião de Sócios a única sócia da Sociedade, Sustena Soluções Rio Holding Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 41.706.637/0001-85 (“Sócia Única”), titular da totalidade do capital social da Sociedade. Tendo em vista a integral representação do capital social, foram dispensadas as formalidades de convocação, conforme permite a legislação vigente. Os trabalhos foram abertos pelo Sr. Daniel Henrique Pastro, que assumiu a presidência da mesa, convidando o Sr. Guilherme Chambarrelli Neno para exercer a função de secretário. **Pauta do Dia:** (i) Deliberação sobre a redução do capital social da Sociedade; e (ii) Demais assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberação:** (i) A Sócia Única deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade. O valor da redução será restituído à Sócia Única, observado o disposto no artigo 1.084 do Código Civil, inclusive quanto ao prazo de 90 (noventa) dias para oposição por parte de eventuais credores da sociedade; (ii) Passou-se à análise de assuntos gerais, tendo sido registrado que nenhuma matéria adicional foi submetida à deliberação ou tratada sob este item. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelo representante legal da Sócia Única. Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026. **Mesa:** Daniel Henrique Pastro; Guilherme Chambarrelli Neno. **Sócia Única:** Sustena Soluções Rio Holding Ltda.

**Essor Seguros S.A.**  
CNPJ/MF nº 14.525.684/0001-50 - NIRE 33.3.0030308-1  
**Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 23/03/2026**  
**Data, Hora e Local:** Aos 23/03/2026, às 11hrs, exclusivamente por meio de videoconferência, através da plataforma eletrônica “Teams”, considerada como realizada na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a Totalidade do Capital Social. **Mesa:** Presidente: Fabio Henrique Ferreira de Pinho; e Secretária: Leticia Wienskowski. **Deliberações Aprovadas:** (i) Aprovar as contas dos administradores, o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a opinião dos Auditores Independentes (Contábil e Atuarial) e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, publicados no dia 27/02/2026, no Jornal Diário do Acionista. (ii) Aprovar a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 42.368.962,98 na forma que se segue: a) Destinar o montante de R\$ 2.118.448,15 correspondente a 5% do lucro líquido, para Reserva Legal, observado o limite fixado pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76; b) Destinar para pagamento de dividendos sobre o lucro no valor de R\$ 15.000.000,00, em moeda corrente à sua única acionista Scor Brasil Participações Ltda.; e c) Destinar o montante restante de R\$ 25.250.514,83 para a Reserva Estatutária, que passará a somar o valor total de R\$ 94.243.572,35. (iii) Fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia em R\$ 12.000.000,00, para o exercício social de 2026 até a AGO de 2027. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no artigo 134, §1º, da Lei 6.404/76. **Auditores Independentes e Atuarial:** Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes e do Atuarial. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, 23/03/2026. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.** Certifico o Arquivamento em 30/03/2026 Sob o Nº 00007682615. Data do protocolo: 26/03/2026, Protocolo: 2026/00400468-7. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

## Nota

## MORRE LUCIANA NOVAES, VEREADORA ELEITA NO RIO APÓS SER VÍTIMA DE BALA PERDIDA

A ex-vereadora do Rio de Janeiro Luciana Novaes morreu aos 42 anos após ter o protocolo de morte cerebral confirmado na noite de segunda-feira passada. A informação foi divulgada pela Câmara Municipal, que publicou nota de pesar. Luciana estava internada desde dezembro após uma série de complicações de saúde, que tiveram início após uma fratura no ombro. Assistente social, ela ficou tetraplégica após ser atingida por uma bala perdida em 2003, no câmpus da Universidade Estácio de Sá, no bairro do Rio Comprido, zona norte do Rio de Janeiro. Luciana foi eleita vereadora pela primeira vez em 2016, tendo atuação voltada a pautas sociais, com foco em pessoas com deficiência, idosos e população em situação de vulnerabilidade. Em 2023, retornou à Câmara Municipal como vereadora, ao assumir a vaga de Tainá de Paula (PT). Com o retorno da titular ao cargo, voltou à condição de suplente.

**GOVERNO DO BRASIL**  
SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE  
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA  
MINISTÉRIO DA SAÚDE  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.029/2026**

A Pregoeira Roberta de Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº 90.029/2026, no dia 12/05/2026 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de materiais hospitalares - cateteres diagnóstico angiográficos (CATETER DIAGNÓSTICO ANGIOGRÁFICO 5F, CATETER DIAGNÓSTICO MULTIPURPOSE 5F, CATETER DIAGNÓSTICO COBRA, etc) Processo nº. 33409.00835/2025-51. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S.A.**  
CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 333.0033445-9  
**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2026**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** No dia 13 de abril de 2026, às 14:00 horas, na sede da Transmissora Porto Alegrense De Energia S.A. (“Companhia”), na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22250-040. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Ficaram dispensadas as formalidades de convocação em vista da presença de todos os membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração participaram por meio de videoconferência, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, sendo a reunião realizada na sede da Companhia para todos os fins legais. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. José Guilherme Cruz Souza - Presidente; Sr. Rodrigo Costa Rocha - Secretário. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) reeleição de membros da Diretoria da Companhia para mandato com prazo unificado de 1 (um) ano; e (ii) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta Reunião. **5. DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, o Presidente declarou que atendeu a todos os requisitos para a realização desta reunião e registrou que a presente ata será lavrada em forma de sumário. Foram aprovadas, *pela unanimidade* dos conselheiros e *sem qualquer ressalva*, as seguintes deliberações: (i) aprovação da reeleição dos seguintes diretores, para um mandato unificado com prazo de 1 (um) ano a contar da presente data ou até a data de realização da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre a aprovação das contas da administração relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, o que ocorrer primeiro: (a) **VAGNER ALEXANDRE SERRATTO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 5.347.493-4 - SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 997.036.459-68, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22250-040, para ocupar o cargo de Diretor da Companhia; e (b) **ANA PAULA POUSA BACALTCHUC DE SALLES FONSECA**, brasileira, casada, economista, portadora do RG nº 09.712.232-9 - DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 025.141.547-31, com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22250-040, para ocupar o cargo de Diretora da Companhia. **5.1.1.** Os Diretores ora reeleitos foram investidos em seus cargos mediante a assinatura do termo de posse em livro próprio, onde prestaram as declarações exigidas em lei, tendo cada um deles declarado que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) atende ao requisito da reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (iii) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, ficando consignado que o respectivo instrumento de posse foi arquivado na sede da Companhia. (ii) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta Reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e assinada pela Mesa, que certificou a presença dos membros do Conselho de Administração que participaram e votaram à distância. **7. ASSINATURAS:** Mesa: Sr. José Guilherme Cruz Souza - Presidente; e Sr. Rodrigo Costa Rocha - Secretário. **Conselheiros Presentes:** José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. *A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.* Rio de Janeiro, 13 de abril de 2026. **Mesa:** José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJ/A: Certifico o arquivamento em 28/04/2026 sob o nº 00007738291, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**Cardeal Tempesta**Orani João Tempesta, O.Cist  
Arcebispo do Rio de Janeiro**Mensagem do Papa  
Leão XIV para o 63º dia  
Mundial das vocações**

Tema: "A descoberta interior do dom de Deus"

O quarto domingo da Páscoa é conhecido como o Domingo do Bom Pastor e é o Dia Mundial de Oração pelas Vocações. Todos os vocacionados — seminaristas, religiosos e religiosas, diáconos, padres e bispos — são convidados a se inspirarem em Cristo, Bom Pastor, a terem amor pelas ovelhas e a nutrirem amor pela vocação à qual foram chamados.

O Bom Pastor é aquele que cuida das ovelhas, que as conhece pelo nome e que cuida das feridas. O Bom Pastor sente o cheiro das ovelhas, vai ao encontro delas e não as deixa desamparadas. Principalmente quando o religioso ou a religiosa é feliz em sua vocação, sente-se mais realizado no ministério ao qual foi chamado e, por isso, cumpre a missão de ir atrás das ovelhas.

Neste domingo somos convidados a rezar pelas vocações, sobretudo pelas vocações sacerdotais e religiosas para que tenhamos bons padres, que zelem pelo seu ministério e cuidem de suas ovelhas. A messe é grande e os operários são poucos; é preciso pedir ao Senhor da messe que envie mais operários para a sua vinha. A vocação é um dom de Deus: Ele chama, a pessoa responde, e esse chamado deve ser renovado a cada dia por meio da oração e da Eucaristia.

Recordamos as vocações sacerdotais e religiosas no mês de agosto, que é dedicado às diversas vocações, mas, de igual modo, recordamos neste Domingo do Bom Pastor. Nas missas deste domingo, rezemos pela perseverança dos seminaristas, padres, religiosos e religiosas. Este não é um dia, necessariamente, de cumprimentar os religiosos, mas de rezar por sua perseverança. Inclusive, ao final da celebração, pode-se rezar a oração pelas vocações, pedindo ao Senhor da messe operários para a vinha.

Como é de costume, o Santo Padre, o Papa, prepara uma mensagem para esta ocasião, direcionada a todos os vocacionados e a todo o povo de Deus. Normalmente, a mensagem do Santo Padre encoraja os vocacionados a permanecerem firmes em sua vocação e a nunca tirarem o olhar de Jesus Cristo. O Papa pede que todo o povo de Deus reze pelos sacerdotes e vocacionados e, principalmente, incentive os jovens a abraçarem a vida sacerdotal e religiosa.

O tema escolhido pelo Papa Leão XIV para a mensagem deste ano é: "A descoberta interior do dom de Deus". De fato, o chamado à vocação religiosa nasce no interior do nosso coração. Deus nos chama através da oração e, a cada dia, é preciso renovar esse chamado. É necessário ter intimidade com o Senhor na oração para escutar a sua vontade e discernir se esse é, de fato, o caminho a seguir. Depois disso, deve-se procurar o auxílio de um sacerdote e percorrer o caminho do discernimento vocacional até o momento da ordenação. Ao longo do ministério sacerdotal — o que também se aplica à vida consagrada — é preciso redescobrir o primeiro chamado interior que Deus nos fez e, a cada dia, renovar o "sim" dado por meio da oração.

O Papa Leão XIV afirma ainda que a vocação é a descoberta do dom gratuito de Deus, que floresce em nosso coração. A vocação é bela, e devemos ser felizes nela. Deus sempre nos chama para a felicidade, nunca para a infelicidade. A vocação, como nos diz o Santo Padre, é um dom gratuito do Senhor, e cabe a nós aceitá-la livremente ou não.

O Papa nos indica que o vocacionado deve percorrer a via da beleza, inspirando-se em Cristo, Bom Pastor. O próprio Jesus se define como o "Pastor belo" no Evangelho de São João. Segundo o Papa, essa expressão significa o pastor perfeito, autêntico e exemplar, que se dispõe a dar a vida por suas ovelhas, manifestando, assim, o amor de Deus. Assim devem ser os nossos pastores: inspirando-se nesse "Pastor belo", Jesus Cristo, dando a vida por suas ovelhas e demonstrando o amor misericordioso de Deus.

O Papa Leão XIV reforça que os vocacionados só serão capazes de descobrir esse Pastor belo através da oração. Os sacerdotes só serão bons pastores se, a cada dia, se alimentarem da oração e da Eucaristia. O sacerdote não pode ser apenas um "funcionário do sagrado", isto é, alguém que apenas cumpre tarefas como celebrar a missa ou cuidar de questões administrativas. O sacerdote precisa rezar o terço, a Liturgia das Horas, preparar homilias; enfim, colocar a oração em primeiro lugar e as demais atividades depois.

Deus é amor, como nos diz São João. Ele nos ama independentemente de nossas falhas e pecados; não fica contabilizando nossas faltas nem nos condena, mas deseja a nossa conversão. Deus sempre nos perdoa; somos nós que nos cansamos de pedir perdão. Esse amor de Deus deve ser transmitido aos irmãos, pois, se Deus nos ama, devemos também levar esse amor aos outros.

O sacerdote é sinal da presença de Deus aqui na terra. Para ser bom pastor, precisa acolher o pecador com amor, cuidar com carinho dos doentes e acolher a todos que chegam à Igreja. Todas as vezes que preside um sacramento, age na pessoa de Cristo e deve agir com amor e misericórdia. Do mesmo modo que Jesus não condenou, o sacerdote também não deve condenar.

O Papa Leão XIV ainda nos exorta a confiar no Senhor. A confiança provém da fé: se o Senhor nos chamou, Ele nos preparou e capacitou. O Papa ressalta que a confiança é essencial tanto para acolher a vocação quanto para permanecer nela. O Santo Padre cita ainda São José, que, mesmo diante das dificuldades, confiou plenamente em Deus.

Por fim, o Papa Leão XIV destaca que o amadurecimento no processo vocacional é fundamental. Por meio da oração, da intimidade com o Senhor e iluminados pelo Espírito Santo, é possível crescer na vocação. O Papa ressalta a importância de um diretor espiritual que acompanhe o discernimento vocacional e da constante súplica pela luz do Espírito Santo.

O Papa conclui sua mensagem encorajando os jovens a cultivar uma relação pessoal com Deus por meio da oração diária e da meditação da Palavra. É necessário parar, escutar e confiar; assim, a vocação amadurece. De fato, antes de enfrentar grandes desafios, é preciso parar, rezar e escutar o Senhor, confiando que Ele conduz todas as coisas. Assim também devemos agir em relação à nossa vocação: confiar sempre no Senhor, rezar e escutar a sua voz, para que ela amadureça a cada dia.

**CONTRABANDO****'Malas suspeitas' em voo de Hugo Motta e Ciro Nogueira**AGUIRRE TALENTO  
E GUSTAVO CÔRTEZ/AE

A Polícia Federal abriu um inquérito para apurar suspeitas de descaminho ou contrabando em um voo realizado em uma aeronave particular de um empresário investigado na CPI das Bets do Senado. Esse inquérito, entretanto, foi remetido ao Supremo Tribunal Federal (STF) depois que a PF constatou que quatro parlamentares acompanharam o empresário no voo: o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e os deputados Doutor Luizinho (PP-RJ) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL).

A informação foi divulgada inicialmente pelo jornal Folha de S.Paulo. O Estadão teve acesso ao relatório da PF produzido na investigação.

A aeronave pertence ao empresário Fernando Oliveira Lima, que é sócio de uma empresa de apostas online. Ele estava

presente no voo com os parlamentares, que ocorreu em abril de 2025, período em que a CPI das Bets estava ativa no Senado, com a participação de Ciro Nogueira.

O voo saiu da ilha de Saint Martin, um paraíso fiscal do Caribe, e pousou na noite do dia 20 de abril do ano passado no aeroporto de Catarina, em São Roque (SP), usado para aviação executiva. As suspeitas da PF surgiram a partir de uma investigação sobre a corrupção de um auditor fiscal, Marco Canella, indiciado em um outro inquérito por facilitação de contrabando ou descaminho.

No caso do voo dos parlamentares, Canella permitiu que um funcionário do empresário desembarcasse no aeroporto e passasse com sete volumes de bagagem por fora do raio-X. O procedimento irregular foi gravado pelas câmeras de segurança.

Ainda não foram identificados os donos das bagagens que passaram ilegalmente pelo raio-

X. Como o voo era proveniente de um paraíso fiscal e o auditor já tinha sido indiciado por crimes de facilitação ao contrabando e descaminho, a PF suspeita que o conteúdo das bagagens possa ser ilegal.

Durante a apuração, porém, foi constatado que parlamentares também estavam a bordo do voo. Eles passaram suas malas pelo procedimento normal de raio-X, mas não é possível saber até o momento se as bagagens que foram transportadas por fora do raio-X tinham itens pertencentes aos parlamentares. Em um relatório parcial, a PF escreveu que a continuidade das investigações pode indicar o envolvimento de algum dos parlamentares nos crimes apurados e, por isso, seria necessário o envio do caso ao STF.

"Considerando que, caso as investigações tenham continuidade e indiquem que, além da conduta do Auditor Fiscal MARCO ANTÔNIO CANELLA, haja outras condutas ilícitas, bem como que uma das pes-

soas mencionadas no "item 9" supra tenham envolvimento, os autos devem tramitar pela CINQ/CGRC/DICOR/PF, e o Processo junto ao Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual, salvo melhor juízo, entendendo ser temerária a continuidade das investigações sem a apreciação de tal situação pelo Poder Judiciário", diz o despacho.

Em suas redes sociais, o empresário registrou fotos da viagem, mas os parlamentares não aparecem. As imagens mostram o interior da aeronave com refeições e um mapa de bordo a destino de Saint Martin, a aeronave chegando a uma praia com mar azul claro e diversos momentos na praia.

O inquérito chegou nesta semana ao STF e foi distribuído ao ministro Alexandre de Moraes. Ele enviou o caso para análise da Procuradoria-Geral da República (PGR), que deve opinar se há indícios de crimes para que os fatos sejam investigados perante o Supremo.

**BAIXA TRANSPARÊNCIA****Flávio Dino diz que Supremo vai continuar monitorando emendas**

MARIA MAGNABOSCO/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem, que a Corte irá prolongar o monitoramento sobre as emendas parlamentares até que sejam garantidas transparência e rastreabilidade na destinação dos recursos. O ministro marcou para o dia 13 de maio uma nova audiência para debater o tema, após estudos apontarem falhas persistentes na "relevância e transparência" das emendas.

Na decisão, o ministro cita um levantamento realizado pelo Movimento Orçamento Bem Gasto, que avaliou a capacidade das emendas individuais de reduzir desigualdades e atender aos requisitos de transparência e rastreabilidade. O estudo concluiu que "nenhuma emenda alcançou pontuação suficiente para ser classificada com nível alto de relevância e transparência".

Segundo os dados publicados neste mês, apenas 17% foram classificadas com boa relevância

e transparência, enquanto 92% apresentam baixa transparência, sendo "difícil ou mesmo impossível aferir a destinação e a aplicação dos recursos públicos".

O ministro também cita uma série de relatórios publicados em setembro de 2025 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontando os impactos das emendas parlamentares nas políticas de saúde, assistência social, educação e trabalho.

O levantamento concluiu que a "insuficiência de transparência na alocação de recursos federais permanece como questão relevante a ser enfrentada", escreve Dino.

"Não é admissível, em um cenário de escassez de recursos públicos, que a destinação de emendas parlamentares se disocie de um adequado planejamento, tampouco que resulte, na ponta, em ineficiências que comprometam a efetividade das políticas públicas", afirma o magistrado.

"Por essa razão, é imprescindível compreender as reais condições de redução de desigualdades, melhoria da infraestrutura e mitigação da vulnerabilidade social por meio da destinação de recursos de emendas."

Assim, o ministro convocou a audiência, presidida por ele e acompanhada pela juíza Amanda Thomé, para debater os dados dos estudos e deliberar possíveis soluções sobre o tema. O encontro está marcado para o dia 13 de maio, às 9h, na Sala de Sessões da Segunda Turma, na sede do STF.

Foram convidados como expositores os autores do estudo: Marcelo Issa e Marina Iemini Atoji, do Movimento Orçamento Bem Gasto, além de Ana Cleusa Serra Mesquita, Fabíola Sulpino Vieira, Mário Magalhães e Sergio Luiz Doscher da Fonseca, do Ipea.

Dino intimou também para a audiência a Advocacia-Geral da União (AGU), a Advocacia do Senado Federal, a Advocacia da Câmara dos Deputados, o PSOL, partido autor da ação no STF, a

Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

A ação relatada por Dino trata também de uma modalidade de emendas parlamentares, as chamadas emendas Pix, que foram reveladas pelo Estadão em 2021. Essas transferências de recursos federais são indicadas por parlamentares diretamente a estados e municípios, sem necessidade de convênio prévio ou apresentação de projeto detalhado. Esse tipo de repasse é caracterizado pela alta celeridade e pela falta de transparência.

**FAKE NEWS**

Na mesma decisão, Dino citou o "inquérito das Fake News", relatado pelo colega, o ministro do STF Alexandre de Moraes. Ele ressaltou que, assim como o caso das emendas parlamentares, esse é um processo que trata de problemas complexos que exigem "decisões em cascata" e "tempo institucional de amadurecimento" para encontrar soluções constitucionais.

**CRIME SEM CASTIGO****UFPR investiga grupo suspeito de planejar estupros e fazer 'bolão'**

ADRIANA VICTORINO/AE

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) investiga denúncias sobre um grupo que teria planejado ataques contra mulheres e promovido um "bolão" para apostar quem conseguiria cometer estupros. O caso veio à tona após uma estudante de Medicina relatar ameaças recebidas por mensagens.

De acordo com comunicado do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (Danc), do curso de Medicina da universidade, a aluna estaria sendo perseguida e ameaçada por meio de contatos via WhatsApp. "Através de mensagens, foi revelado que os autores tentariam fazer um ataque a ela nos últimos dias", informou o Danc. Segundo o diretório, os responsáveis integriam um grupo organizado de homens, que estaria plane-

jando violentar a estudante e outras mulheres da universidade.

O Danc informou que a polícia foi acionada e que uma investigação está em andamento para identificar e localizar os suspeitos. Por orientação das autoridades, o diretório divulgou um alerta à comunidade acadêmica, recomendando que alunas redobrem a atenção ao circular em áreas como o Centro Politécnico, a reitoria e festas universitárias.

"Meninas, evitem andar desacompanhadas. Meninos, é responsabilidade de todos manter a vigilância nos seus grupos de amigos e denunciar, assim que virem, todas as mensagens que incentivem qualquer tipo de violência contra mulher, somente assim é possível criar um ambiente mais seguro para todos", alertou o Danc.

O diretório também ressaltou que o suposto vínculo dos autores com a UFPR ainda não foi confirmado, uma vez que os contatos foram feitos por número desconhecido e perfil anônimo.

Em nota, a UFPR informou que acompanha o caso desde o dia 16 e que adotou medidas para acolher a vítima e orientar os encaminhamentos formais. A universidade acionou setores internos de apoio, como a Ouvidoria da Mulher, e iniciou uma investigação preliminar por meio da Corregedoria para apurar a responsabilidade de integrantes da instituição.

A UFPR também comunicou o caso à Polícia Civil e solicitou apoio à Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Segundo a UFPR, caso haja indícios de crime federal, a Polícia Federal poderá ser acionada. O Estadão

procurou a Polícia Civil, que informou que o inquérito policial foi instaurado e as investigações estão em curso.

Na manhã de segunda-feira passada, representantes do diretório acadêmico se reuniram com a Reitoria para discutir o caso. O reitor Marcos Sunye afirmou que a violência de gênero é uma prioridade da gestão e que todas as denúncias estão sendo apuradas com seriedade.

"Nós temos tomado várias medidas no sentido de combater o assédio, de combater a violência, de combater o feminicídio. Isso é uma grande prioridade da nossa gestão. Todas as denúncias de assédio e de violência que nós temos recebido, nós temos dado sequência. Todas as medidas serão tomadas com seriedade, segurança e respeito aos procedimentos formais", disse.

## PEC

# Câmara instala hoje Comissão Especial do fim da escala 6X1

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou ontem que a comissão especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição 221/19 (PEC), que trata da redução da jornada de trabalho no país, será instalada nesta quarta-feira.

Motta informou ainda que o deputado Alencar Santana (PT-SP) será o presidente do colegiado e que a relatoria caberá ao deputado Leo Prates (Republicanos-BA).

Ao anunciar a instalação do colegiado, Motta revelou que conversou com o presidente e o relator da comissão para conduzir o debate ouvindo os trabalhadores, empresários, Judiciário, governo, pesquisadores e universidades.

Ele entende que ouvir a sociedade é "para que ao final a Câmara tenha a construção do melhor texto possível para podermos conceder à classe trabalhadora do nosso país, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial".

Motta frisou ainda que um

maior período de descanso dará mais qualidade de vida ao trabalhador. Esse tempo poderá ser utilizado para o convívio familiar, cuidar da saúde e momentos de lazer.

"Nós imaginamos que com essa redução nós vamos aumentar a produtividade, porque o trabalhador estará muito mais disposto quando estiver em ambiente de trabalho para colaborar, para poder servir ao seu trabalho, para poder, de certa forma, desempenhar melhor a sua função", avalia Motta.

Hugo Motta disse que conversou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para que as duas casas possam afinar a tramitação da proposta.

A expectativa do presidente da Câmara é que o texto seja votado na comissão e no plenário ainda em maio.

"Aqui na Câmara vamos nos dedicar para que, até o final do mês de maio, a matéria possa ser votada na comissão especial quanto no plenário da casa", disse.

## COMPOSIÇÃO

A comissão especial será

composta de 37 membros titulares e igual número de suplentes. Pelo regimento, a comissão terá o prazo de até 40 sessões para proferir seu parecer.

O presidente do colegiado, Alencar Santana, também disse que vai haver um debate amplo sobre o tema.

"Vamos trabalhar para que a gente possa entregar um bom relatório, que garanta ali a expectativa dos trabalhadores brasileiros que estão ansiosos pela aprovação dessa PEC, da redução da jornada", disse.

"Logicamente, ouvindo amplos setores da sociedade brasileira, setores econômicos, setores empresariais, o governo, ministros que estão envolvidos na pauta, os deputados e outros setores sociais que vão participar ativamente dessa comissão", acrescentou.

Santana disse que o tempo para a análise da proposta é apertado e que o colegiado deverá realizar entre duas a três reuniões por semana para debater a matéria.

"Vamos aprová-la no mês de maio, mês do trabalhador brasileiro, e vamos fazer uma homenagem ao trabalhador aprovan-

do esse texto", disse Santana.

## COMISSÃO

A comissão foi criada na sexta-feira após a proposta ter a sua admissibilidade aprovada, por unanimidade em votação simbólica, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na quarta-feira.

O colegiado analisará duas propostas de redução na jornada de trabalho. A primeira, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), reduz a jornada de trabalho de 44 horas para 36 horas semanais. A transição se daria ao longo de 10 anos.

A outra proposta, apensada, a PEC 8/25, da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), prevê uma escala de 4 dias de trabalho por semana, com limite de 36 horas no período.

Na prática, as PEC acabam com a escala de 6 dias de trabalho por 1 de descanso (6x1). Se aprovadas na comissão especial, irão depois para votação no plenário.

As duas propostas ganharam força com o movimento Vida Além do Trabalho, que busca o fim da escala 6x1 para melhorar a saúde mental e a qualidade de vida dos trabalhadores.

## VIOLÊNCIA/MULHER

# Senado aprova criação de cadastro para condenados

O Senado Federal aprovou ontem, o projeto que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher. A proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, segue agora para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O projeto prevê que pessoas condenadas por violência contra a mulher tenham seus nomes registrados em um banco de dados compartilhado entre órgãos de segurança pública federais e estaduais. Informações como nome do agressor, documentos, fotos, impressões digitais e endereço ficarão disponíveis aos agentes até o fim do cumprimento da pena, ou por até três anos, caso a punição aplicada seja inferior ao período.

Somente pessoas condenadas por sentença em trânsito julgado, ou seja, sem possibilidade de recurso, poderão ter os dados incluídos no cadastro.

No início do mês, o presidente Lula sancionou um pacote de leis de combate à violência con-

tra a mulher. Entre as propostas sancionadas estão o uso de tornozeleira eletrônica para agressores em caso de violência doméstica e o projeto de lei que estabelece um novo tipo penal.

Homens que cometem violência doméstica contra mulheres ou crianças deverão utilizar tornozeleira eletrônica de imediato. O PL 2942/2024 determina a colocação imediata da tornozeleira, autoriza a aplicação da medida por delegados em cidades sem juiz e amplia os recursos públicos direcionados à compra de equipamentos para monitorar com urgência os agressores.

O juiz, após ser comunicado, terá 24 horas para decidir sobre a manutenção ou a revogação da medida. Caso não aceite, ele precisará explicar o motivo. O projeto coloca como prioridade a compra e manutenção de tornozeleiras e de dispositivos de alerta para as vítimas, permitindo aos governos separar recursos específicos no orçamento para aplicação na proteção à mulher.

## POLÍCIA FEDERAL

# Senado convida Andrei e delegado que ajudou a prender Ragem

MARIA MAGNABOSCO/AE

A Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal aprovou, ontem, o envio de convites ao diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e ao delegado Marcelo Ivo de Carvalho. Os parlamentares querem esclarecimentos sobre o episódio em que os Estados Unidos negaram as credenciais de serviço do delegado uma semana após sua participação na prisão do ex-deputado federal Alexandre Ragem, que está foragido. A data da audiência ainda será definida.

Nos requerimentos aprovados, o autor, senador Jorge Seif (PL-SC), disse ser "fundamental que o país tome conhecimento" das razões pelas quais Carvalho foi convidado pelo governo dos Estados Unidos a se retirar do país após trabalhar em conjunto com o U.S. Immigration and Customs Enforcement, o ICE, polícia migratória dos EUA que ganhou mais poder no governo de Donald Trump.

O delegado teve participação na curta prisão de Alexan-

dre Ragem pelo ICE. Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) do governo Bolsonaro, Ragem fugiu do Brasil após ser condenado a mais de 16 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa armada. Ele teve o mandato de deputado federal cassado em dezembro do ano passado.

O Departamento de Estado dos EUA acusa Marcelo Ivo, o oficial brasileiro, de ter tentado "manipular" o sistema de imigração, "contornando pedidos formais de extradição" e "estendendo perseguições políticas ao território dos Estados Unidos", conforme comunicado do governo norte-americano divulgado no dia 20 de abril.

Em nota oficial a Polícia Federal alegou que a prisão de Ragem se tratou de uma cooperação policial internacional entre autoridades dos Brasil e Estados Unidos já que o ex-deputado é considerado foragido da Justiça brasileira.

## PASTOR FALAÇÃO

# STF torna Malafaia réu por injúria contra generais, mas rejeita calúnia

HUGO HENUD/AE

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, tornar réu o pastor Silas Malafaia por injúria contra generais do Exército e rejeitar a acusação de calúnia. Os quatro ministros entenderam que há indícios suficientes para receber a denúncia em relação ao primeiro crime. Contudo, dois deles avaliaram que críticas foram genéricas em relação à instituição, o que derrubou a acusação pelo crime de calúnia.

Em seu voto, Zanin entendeu que não há elementos para caracterizar a calúnia, já que as declarações do pastor se dirigiram de forma ampla ao Exército, sem

imputação específica de crime a autoridades determinadas. Zanin foi acompanhado por Cármen Lúcia.

A acusação se baseia em declarações feitas por Malafaia durante manifestação de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, na Avenida Paulista, quando chamou generais de quatro estrelas de "cambada de frouxos", "omissos" e "covardes".

Pelo Código Penal, a calúnia ocorre quando há atribuição falsa de um crime a alguém, enquanto a difamação se refere à imputação de fatos ofensivos à reputação. Já a injúria diz respeito a ofensas diretas à honra ou dignidade da vítima.

"O crime de calúnia exige

narrativa de fato determinada, direcionada à pessoa determinada. Pois bem, aqui, embora haja referência ao alto comando do Exército, que também é composto pelo comandante do Exército, o comandante Tomás, entendo que a referência foi sobre a maneira genérica ao alto comando do Exército", disse Zanin.

Já o relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes, manteve seu voto pelo recebimento da denúncia pelos dois crimes e foi acompanhado por Flávio Dino. Com o empate na análise de um dos pontos, prevalece a solução mais favorável ao réu, conforme previsto no Código de Processo Penal.

"Só há 16 generais quatro estrelas do alto comando. Então, obviamente, é aqui a pessoa certa", argumentou Moraes.

Com o recebimento da denúncia, Malafaia passa à condição de réu e o processo avança para a fase de instrução, em que são produzidas provas, ouvidas testemunhas e apresentados novos argumentos pelas partes. Ao final dessa etapa, o STF decidirá se o pastor será condenado ou absolvido.

O caso é analisado pela Primeira Turma do STF em sessão presencial após Zanin pedir vista do processo no plenário virtual e, posteriormente, solicitar destaque, o que levou o julgamento ao plenário físico.

## IMAGEM MANIPULADA

# Supremo torna Gustavo Gayer réu por postagem associando Lula ao nazismo

HUGO HENUD/AE

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou réu, por unanimidade, o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) (foto), acusado de divulgar uma imagem manipulada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em publicação na rede social X.

A denúncia foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e aponta que o parlamentar publicou uma montagem que mostra Lula em uniforme militar, portando um fuzil e acompanhado de símbolos associados ao nazismo e ao grupo terrorista Hamas.

Segundo a PGR, a imagem foi manipulada "com inúmeras inserções artificiais destinadas a apresentá-lo como simpatizante de ideologias antissemitas, bem como de grupos terroristas", afirmou a subprocuradora-geral da República Elizeta de Paiva Ramos ao defender a acusação.

A acusação sustenta que a publicação ultrapassa os limites da crítica política e configura ataque à honra do presidente. Para a PGR, a imunidade parla-



LULA MARQUES/ABRASIL

mentar não se aplica ao caso, uma vez que a manifestação foi feita fora do ambiente do Congresso e por meio de rede social.

"A imunidade parlamentar não é absoluta e não abrange manifestações que extrapolem o debate político e avancem para o campo da ofensa pessoal", argumentou o órgão.

Relator do caso, o ministro Flávio Dino votou ontem, pelo

recebimento da denúncia. Para o magistrado, a publicação ultrapassa os limites da liberdade de expressão, mesmo no contexto da atuação parlamentar. "Não há dúvida de que houve uma ultrapassagem no perímetro de tolerância admitido pela jurisprudência, ainda que se trate de um deputado federal", afirmou.

Dino foi acompanhado pelos ministros Cristiano Zanin, Alexan-

dre de Moraes e Cármen Lúcia.

Nos autos, a defesa do deputado sustentou que a publicação se insere no campo da crítica política e não configura crime. Os advogados argumentaram ainda que o caso está protegido pela imunidade parlamentar, que impede a responsabilização de congressistas por opiniões, palavras e votos no exercício do mandato

## FRAUDE FINANCEIRA

# Defesa de ex-BRB pede transferência da Papuda para negociar delação

AGUIRRE TALENTO/AE

A defesa do ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa solicitou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça a transferência do Complexo Penitenciário da Papuda para um local onde possam discutir a negociação de um acordo de delação premiada. Na petição, eles não fizeram um pedido específico de unidade prisional, mas citaram que Paulo Henrique tem direito a prisão especial em sala de Estado-Maior por ser segundo tenente da reserva das Forças Armadas.

Paulo Henrique Costa foi preso pela Polícia Federal no último dia 16, na quarta fase da

Operação Compliance Zero, sob suspeita de ter negociado propina de R\$ 140 milhões em imóveis em troca de favorecer os interesses do banqueiro Daniel Vorcaro em obter aportes do BRB no Banco Master.

Na semana passada, a Segunda Turma do STF ratificou por unanimidade a sua prisão preventiva. Após ter sido preso, Paulo Henrique trocou sua equipe de defesa e sinalizou interesse em um acordo de delação premiada. Os atuais advogados dizem, na petição, que a estrutura da Papuda não permite a discussão dos detalhes do acordo de delação com o cliente. Citam, por exemplo, que o presídio não garante uma inviolabilidade nas conversas entre cliente e advogado.



## DOENÇA

## São Paulo confirma ocorrência de 2º caso importado de sarampo

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

A Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo confirmou ontem o segundo caso importado de sarampo no território paulista. De acordo com a pasta, o paciente é um homem de 42 anos, morador da Guatemala e que tem histórico de vacinação.

O caso foi identificado no final de março, na cidade de São Paulo, e depois confirmado por exames laboratoriais. O estado de saúde do paciente não foi informado.

Este é o segundo caso importado de sarampo, ou seja, sem transmissão local do vírus, identificado no estado de São Paulo em 2026. O primeiro caso do ano foi o de um bebê de seis meses que não foi vacinado e esteve na Bolívia em janeiro. Em todo o ano passado foram registrados dois casos importados da doença em São Paulo.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), os países da América continuam enfrentando a doença. No ano passado, por exemplo, 14.767 registros de sarampo foram confirmados em 13 países das Américas. Só neste ano foram confirmados 15,3 mil casos, sendo que México Guatemala, Estados Unidos e Canadá respondem pela maioria deles.

## VIOLÊNCIA

## STF manda SP indenizar fotógrafo que ficou cego após ação da PM

ANDRE RICHTER/ABRASIL

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem determinar que o estado de São Paulo deve indenizar o fotógrafo jornalista Sérgio Andrade Silva pelo ferimento que deixou o profissional cego do olho esquerdo.

Em 2013, Silva foi atingido por uma bala de borracha durante um ato de protesto contra o aumento da tarifa de transporte público, na Avenida Paulista, em São Paulo. Ele foi atingido por policiais enquanto fazia a cobertura jornalística do protesto.

O caso chegou ao Supremo por meio de um recurso protocolado pela defesa de Sérgio Silva para derrubar as decisões de primeira e segunda instâncias da Justiça de São Paulo, que rejeitaram o pedido de indenização.

Por unanimidade, os ministros entenderam que a res-

## SARAMPO

O sarampo é uma doença infecciosa altamente contagiosa e que já foi uma das principais causas de mortalidade infantil no mundo. A transmissão do vírus ocorre de pessoa a pessoa, por via aérea, seja ao tossir, espirrar, falar ou respirar.

O sarampo é tão contagioso que uma pessoa infectada pode transmitir a doença para 90% das pessoas próximas e que não estejam imunes. Por isso, a vacinação contra o sarampo é extremamente importante. A vacinação é a principal forma de prevenção contra a doença.

Os principais sintomas da doença são manchas vermelhas no corpo e febre alta, acima de 38,5°C, acompanhada de tosse, conjuntivite, nariz escorrendo ou mal-estar intenso. Os casos podem evoluir para complicações graves podendo causar diarreia intensa, infecções de ouvido, cegueira, pneumonia e encefalite (inflamação do cérebro). Algumas dessas complicações podem ser fatais.

A vacinação contra o sarampo faz parte do Calendário Nacional de Vacinação. A primeira dose deve ser aplicada aos 12 meses de idade (tríplice viral – sarampo, caxumba e rubéola) e a segunda aos 15 meses (tetra viral – sarampo, caxumba, rubéola e varicela).

ponsabilidade do estado deve ser reconhecida, ainda que a perícia do caso não tenha concluído que a lesão do fotógrafo ocorreu por disparo de bala de borracha.

Durante o julgamento, a ministra Cármen Lúcia afirmou que a perícia inconclusiva não exime o Estado de suas responsabilidades.

"Ele estava trabalhando, estava ali cumprindo a função dele. Então, é abordado de maneira gravosa, com sérias consequências", comentou.

O placar unânime também contou com os votos dos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes.

Com a decisão, o estado de São Paulo deverá pagar danos morais e materiais ao fotógrafo.

A defesa solicitou o direito à pensão mensal vitalícia e o pagamento de R\$ 100 mil reais por danos morais. O valor final ainda será calculado pela Justiça.

## DIA DO TRABALHO

## Haddad e Tebet participam de ato dos metalúrgicos dia 1º

GEOVANI BUCCI/AE

O pré-candidato ao governo de São Paulo e ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e a pré-candidata ao Senado pelo Estado e ex-ministra do Planejamento, Simone Tebet (PSB), devem participar, nesta sexta-feira, de ato do Dia do Trabalho na capital paulista, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos.

A também pré-candidata à Casa Alta e ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), ainda não confirmou presença no evento. O deputado federal Paulinho da Força (Solidarida-

de) também é esperado.

O ato terá como eixo temas caros ao governo federal, como a defesa da democracia e o fim da escala 6x1. Também estão na pauta a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, críticas à pejotização, o fortalecimento das negociações coletivas, a ampliação do direito de negociação para servidores públicos, além da regulamentação do trabalho por aplicativos, da saúde mental no trabalho e do combate ao feminicídio.

A concentração deve acontecer no bairro da Liberdade, no centro da capital paulista. Além das bandeiras, a programação

## BRASILEIROS

# Família morta buscava pertences no Sul do Líbano

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A família brasileira-libanesa assassinada por Israel no Sul do Líbano buscava roupas e pertences na casa onde vivia, em Bint Jbel, quando a residência foi bombardeada. Até o momento, os corpos não foram encontrados nos escombros da casa, que ficou totalmente destruída.

Morreram no ataque a brasileira Manal Jaafar, de 47 anos; o filho Ali Ghassan Nader, de 11 anos; e o pai do garoto, o libanês Ghassan Nader, de 57 anos. Eles haviam deixado a residência, às pressas, no início da atual fase do conflito, em 2 de março, e se refugiado em Beirute, a capital do país.

Com o cessar-fogo anunciado em 16 de abril, a família decidiu voltar para Bint Jbel a fim de pegar mais roupas e juntar outros pertences, antes de voltar novamente a Beirute. Eles haviam chegado ao Sul do Líbano no último sábado.

Irmão mais novo de Ghassan, o libanês-brasileiro Bilal Nader, de 43 anos, que vive em Foz de Iguaçu (PR), contou que ele planejava voltar no mesmo dia, mas acabou dormindo na casa para voltar no domingo, quando ocorreu o bombardeio.

"Quando teve o cessar-fogo, muita gente voltou para casa no amanhecer. Ele ainda esperou sete ou oito dias. Ele falou que ia só juntar as coisas e voltar, só para pegar mais roupa. Ele até estava com o carro ligado, sabe, com o

porta-malas já carregado", contou Bilal Nader.

O impacto da bomba ainda feriu outro filho do casal, o estudante Kassam Nader, de 21 anos, que estuda computação no Líbano. Ele recebeu alta hospitalar ontem. O casal ainda tinha outros dois filhos mais velhos, de 28 e 26 anos, que vivem e trabalham no exterior.

Bilal Nader enfatizou que o irmão não tinha qualquer ligação com partido político, levando uma vida de agricultor de oliveiras no Sul do Líbano, e que tinha esperança de que a guerra fosse acabar.

"Meu irmão é uma pessoa de bem, não tem ligação com nada, não apoia nenhum partido, é uma pessoa bem reservada, bem sossegada. Inclusive, ele tem muitos amigos aqui, em Foz (do Iguaçu), no Brasil inteiro. Tem amigos no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, São Paulo. Ele era bem conhecido aqui", contou.

Bilal Nader acrescentou que a região onde o irmão vivia não costumava ser palco dos combates recentes.

"As cidades mais para frente é onde estavam acontecendo os bombardeios, onde estão roubando as casas. Ao redor da casa dele não tinha nada, só construções civis, com população civil normal", explicou.

O Líbano abriga a maior comunidade de brasileiros no Oriente Médio. Ao todo, 22 mil brasileiros viviam no país em 2023, segundo dados do Ministé-

rio das Relações Exteriores (MRE). O Brasil condenou os ataques ocorridos durante a vigência do cessar-fogo.

## FAMÍLIA DO PARANÁ

A família brasileira-libanesa viveu por mais de 15 anos no Brasil, entre 1995 e 2008, onde a esposa Manal Jaafar teve filhos e adquiriu a nacionalidade brasileira. O marido Ghassan só não tirou a nacionalidade "por falta de tempo", pois vivia ocupado no trabalho. Ele era um comerciante do ramo dos eletroeletrônicos.

O jornalista libanês naturalizado brasileiro Ali Farhat era amigo de Ghassan e conta que ele era uma pessoa muito culta. Formado em economia, escreveu um livro, em árabe, sobre a economia mundial.

"Ele era muito ativo na comunidade libanesa aqui no Brasil. Ele trabalhava como empresário aqui e também como intelectual. Ele estava tentando fazer alguns estudos, algumas pesquisas e depois ele decidiu viajar para o Líbano para viver com a família dele lá", contou Farhat à Agência Brasil.

## VIOLAÇÕES

O suposto cessar-fogo costurado no Líbano vem sendo violado por Israel. O Hezbollah, grupo político-militar xiita, tem informado que vai reagir às violações da frágil trégua. Por outro lado, o Irã vem pressionando que o cessar-fogo no Oriente Médio tem que incluir o Líbano.

## ALEMANHA

## Chanceler diz que Estados Unidos estão sendo humilhados pelo Irã

O chanceler da Alemanha, Friedrich Merz, afirmou na segunda-feira, que os Estados Unidos estão sendo humilhados no conflito com o Irã e que o governo americano liderado por Donald Trump não tem uma estratégia e pode acabar repetindo erros de guerras anteriores.

"Os americanos aparentemente não têm uma estratégia. E o problema nesse tipo de conflito é sempre o mesmo: não basta apenas entrar, é preciso também sair. Vimos isso de forma bastante dolorosa na Afega-

nistão, durante 20 anos. Vimos isso no Iraque", afirmou Merz, o líder do governo alemão.

"No momento, não consigo perceber qual saída estratégica os americanos estão escolhendo. Especialmente porque os iranianos, aparentemente, negociam com muita habilidade - ou, melhor dizendo, são muito hábeis em não negociar. E fazem com que os americanos viajem até o Paquistão para, em seguida, partirem de lá sem nenhum resultado. Uma nação inteira está sendo humilhada pela

liderança iraniana, em particular pela Guarda Revolucionária", completou.

No momento, Estados Unidos e Israel estão em um cessar-fogo com o Irã. As negociações entre as partes pouco têm avançado, com pontos como a questão nuclear iraniana, o Estreito de Ormuz e o fim dos ataques israelenses no Líbano travando um possível acordo.

Merz ressaltou que, apesar de não estar envolvida diretamente, a Alemanha tem sentido os impactos econômicos do conflito.

"No momento, é uma situação bastante complicada. Está nos custando muito dinheiro. Esse conflito, essa guerra contra o Irã, tem impacto direto sobre a nossa produção econômica", relatou.

O principal problema para a Alemanha é relativo ao Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% da produção global de petróleo. O Irã fechou o estreito para a passagem de navios durante o conflito e a situação segue instável. O bloqueio levou a um aumento nos preços de energia em todo o mundo.

## REINO UNIDO

## Keir Starmer evita investigação sobre nomeação de embaixador ligado a Epstein

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, conseguiu evitar ontem, a abertura de uma investigação parlamentar sobre a nomeação de Peter Mandelson como embaixador britânico em Washington, após a Câmara dos Comuns rejeitar por 335 votos a 223 uma moção da oposição conservadora. Apesar da vitória política, Starmer segue sob pressão por suspeitas de ter burlado procedimentos na escolha do diplomata.

A moção pedia que o Comitê de Privilégios investigasse a de-

claração de Starmer de que o devido processo foi seguido na nomeação de Mandelson. O colegiado tem poder para suspender parlamentares, incluindo o premiê, e uma conclusão de que ele enganou deliberadamente o Parlamento poderia levar à renúncia.

A controvérsia envolve a nomeação de Mandelson, ex-comissário de Comércio da União Europeia e aliado político de Starmer, apesar de alertas de segurança e de sua ligação com Jeffrey Epstein, condenado por crimes sexuais. Mandelson foi demitido em se-

tembro, após novas revelações sobre a proximidade com Epstein.

Em depoimento ao Comitê de Relações Exteriores, o ex-chefe de gabinete de Starmer, Morgan McSweeney, admitiu ter cometido um "erro grave" ao recomendar Mandelson e pediu desculpas às vítimas de Epstein. Ele negou, porém, ter pressionado autoridades a ignorar procedimentos de segurança.

Já Philip Barton, ex-principal funcionário do Ministério das Relações Exteriores, afirmou que houve pressão para acelerar

a confirmação da nomeação, embora tenha negado pressão por um resultado específico. Segundo ele, Starmer foi informado sobre os riscos e os aceitou.

A líder conservadora, Kemi Badenoch, afirmou que "claramente" o devido processo não foi seguido e classificou a nomeação de um "risco à segurança nacional" como uma falha grave de governo. Starmer chamou a iniciativa da oposição de "manobra" para prejudicar o Partido Trabalhista antes das eleições locais de 7 de maio.

## Nota

### UCRÂNIA AFIRMA TER ABATIDO 33 MIL DRONES DA RÚSSIA EM MARÇO, UM RECORDE MENSAL

A Ucrânia usou sistemas interceptadores para derrubar mais de 33 mil drones da Rússia de vários tipos em março, um recorde mensal desde que Moscou lançou sua invasão em grande escala há mais de quatro anos, afirmou o ministro da Defesa ucraniano. As capacidades ofensivas da Ucrânia melhoraram, e o ministério disse que as forças do país mais do que dobraram o alcance de suas capacidades de

ataque em profundidade desde a invasão russa de fevereiro de 2022. O avanço permitiu à Ucrânia atingir instalações petrolíferas russas que fornecem receita crucial para o esforço de guerra de Moscou, além de fábricas que abastecem as Forças Armadas russas. A Ucrânia desenvolveu tecnologia de drones de ponta, testada em combate, que se mostrou essencial para conter o exército da Rússia e despertou interesse militar no mundo todo. Drones interceptores, como parte de um sistema abrangente de defesa aérea, estão sendo procurados por países do Oriente Médio e do Golfo em meio à guerra com o Irã.